



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 550 - DE 10 DE SETEMBRO A 24 DE SETEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00

A classe operária deve rechaçar as caravanas eleitoreiras de Lula, PT, CUT e MST. Rechaçar o acordo do sindicato metalúrgico com a Ford de demissão em massa.

Rechaçar a farsa do abaixo-assinado e da petição popular para que o Congresso Nacional revogue a reforma trabalhista

A classe operária deve defender o retorno à greve geral. Defender uma plataforma de reivindicações de emprego e salário. Defender a revogação da reforma trabalhista e fim de toda reforma antinacional e antipopular. Deve se mobilizar por seus meios próprios de luta e organização: constituir uma frente única anti-imperialista, convocar as assembleias e formar os comitês de base

A classe operária deve se colocar pela estratégia própria de poder: abaixo o governo golpista, corrupto e vendilhão de Temer e do Congresso Nacional; por um governo operário e camponês!

**Fora o Papa, agente do imperialismo, da Colômbia e da América Latina!
Organizar o Partido Revolucionário do Proletariado!**

Superar o retrocesso imposto à luta dos explorados

De escândalo a escândalo no reino da política burguesa, a atenção da classe operária, dos camponeses e da classe média pobre vem sendo desviada de seus interesses próprios para os interesses de seus exploradores. As novas peripécias em torno da delação da JBS, dos atritos entre as instituições do Estado e das disputas pelo poder dizem respeito tão somente à política burguesa e ao apodrecimento do capitalismo.

A Operação Lava Jato, as denúncias, os processos, os depoimentos, as condenações, as prisões, as libertações, a imputação do presidente da República, o dramalhão montado no Supremo Tribunal Eleitoral e na Câmara dos Deputados, bem como as trocas de acusações entre altas autoridades, se passam no alto, distante e por cima da vida dos explorados. Não há como os pobres, miseráveis e famintos interferirem a seu favor. Se se prendem aos jogos, às jogatinas, ao vai-e-vem, ao diz-que-diz, ao lusco-fusco do que dizem e desdizem, aos protestos verbais, ao esconde-esconde, etc., se prendem no emaranhado da política burguesa.

A vastidão da corrupção, no entanto, mostra que a burguesia é uma classe social decadente e que seus partidos, acompanhados pelas instituições estatais, refletem o grau avançado da decadência. Não apenas este ou aquele deputado e senador são comprados por grandes empresários, partidos inteiros estão em sua dependência. Suas gigantescas máquinas de dominação, de engano, mentira e falsificação é montada com gigantescas somas de recursos que vêm da burguesia, dos exploradores e opressores do povo.

Não por acaso, a tal da “reforma política” objetiva garantir financiamento para os grandes partidos – os menores também participam do banquete –, diminuir o número de partidos que consomem parte do fundo público partidário e montar um novo sistema de curral eleitoral. Falam tanto de democracia, de democratizar, de valorizar a participação popular, de garantir a soberania do voto e outras patacoadas para ocultar a “democracia” do poder econômico, dos partidos vendidos, dos delinquentes e traficantes das necessidades do País e de sua população trabalhadora.

É com essa democracia que se promoveu um golpe de Estado e se impôs um governo rejeitado pela esmagadora maioria dos brasileiros. E é com ela que a ditadura civil de Temer e do Congresso Nacional impuseram a reforma trabalhista, caminha para impor a reforma da previdência e impõe um novo plano de privatizações e desnacionalizações.

Os golpistas mentem dizendo que cuidam do desenvolvimento do País, da geração de empregos e melhoria da vida do

povo. É impondo tais planos que vão resolvendo suas diferenças e atritos em torno da corrupção e do controle do poder pelas quadrilhas partidárias.

A Força Sindical e a UGT são parte do governo golpista. O PT, a Frente Brasil Popular, PCdoB, CUT, CTB, MST e UNE fazem oposição burguesa, participando da política do engano e da mentira. Foram tão responsáveis quanto as centrais adversárias por terem desarmado o impulsivo movimento de março, que culminou com a greve geral de 28 de abril, e por terem montado a farsa do dia nacional de manifestações em 30 de junho.

A classe operária deve rechaçar a farsa do abaixo-assinado e da petição popular. Deve rechaçar as caravanas eleitoreiras de Lula, PT, CUT e MST. Deve rechaçar o acordo de demissão em massa com a Ford. Deve defender o retorno à greve geral. Deve defender uma plataforma de reivindicações de emprego e salários.

O que fazem neste momento em que a crise política volta a se manifestar? Fazem a caravana eleitoral de Lula no Nordeste! Patrocinam uma coleta de assinaturas para um projeto de iniciativa popular pela anulação da reforma trabalhista! E o sindicato metalúrgico do ABC faz acordo de demissão de 284 operários da Ford. Prometem manifestações para do dia 14 deste mês, mas restrita a alguns sindicatos metalúrgicos. Chegaram à conclusão de que a bandeira do “Fora Temer e Eleições Já!” não mais serve

de propaganda enganosa para a defesa da “democracia”. Admitiram a vitória de Temer e de sua camarilha partidária contra as denúncias da Procuradoria-Geral da República. O seu horizonte, agora, é o de livrar Lula das garras do juiz Moro e se preparar para as eleições de 2018. Nada de organizar a luta contra as demissões, contra o brutal desemprego, contra as reformas reacionárias, contra o entreguismo, contra a implantação da reforma trabalhista e contra a ditadura civil de Temer! Os vendedores da democratização à baciada no mercado da política burguesa se curvam diante do governo e do Congresso Nacional ditatoriais, pró-imperialistas, anti-populares e venais.

A classe operária deve rechaçar a farsa do abaixo-assinado e da petição popular. Deve rechaçar as caravanas eleitoreiras de Lula, PT, CUT e MST. Deve rechaçar o acordo de demissão em massa com a Ford. Deve defender o retorno à greve geral. Deve defender uma plataforma de reivindicações de emprego e salários. Deve defender a revogação da reforma trabalhista e fim de toda reforma antinacional e antipopular. E deve se mobilizar por seus meios próprios de luta e organização: constituir uma frente única anti-imperialista, convocar as assembleias e formar os comitês de base! E deve se colocar pela estratégia própria de poder: abaixo o governo golpista, corrupto e vendilhão de Temer e do Congresso Nacional; por um governo operário e camponês!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Somente um Tribunal Popular, criado pelos trabalhadores em luta, pode julgar os crimes da burguesia

No estertor do mandato do Procurador-Geral, Rodrigo Janot, veio à tona mais uma avalanche de estrume sobre as instituições, a política burguesa e as autoridades. O Jornal *O Estado de São Paulo*, que no último período se especializou em defender o governo golpista de Temer e sua ditadura civil, recomendou ao procurador que se demitisse. Temer e sua camarilha se disseram aliviados, porque as novas revelações da conversa entre Joesley Batista e Ricardo Saud mostrariam que as acusações de Janot contra o presidente da República eram infundadas. O seu advogado, Antônio Mariz, declarou que vai pedir anulação das provas que incriminam Temer de “corrupção passiva”. O ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal (STF), um dos mais fiéis seguidores do governo golpista, voltou à carga contra Janot, acusando-o de instruir os delatores da JBS para obter provas contra Temer. A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, por sua vez, considera que a “dignidade institucional do STF” e a “honorabilidade de seus integrantes” foram atingidas de maneira inédita na história do país.

No áudio em que Joesley e Saud conversam descontradadamente, foram expostas as relações promíscuas entre o empresário, autoridades do judiciário e políticos. Tudo indica que o ministro Edson Fachin tenha liberado apenas parte da conversa, amputando as referências a ministros do STF. Lembremos que Joesley Batista gravou a sua conversa clandestina com Temer, na qual não há a menor sombra de dúvida de que o presidente faz parte de uma das quadrilhas que comanda o Estado. Gravou também a entrega de uma mala de dinheiro ao ex-deputado do PMDB, Rodrigo Rocha Loures. Como parte dessa operação, foi gravada a conversa com o senador e presidente do PSDB Aécio Neves, em que também não restam dúvidas de que faz parte de outra quadrilha que também comanda o Estado. Temer foi inocentado pela Câmara Federal, que votou contra a admissibilidade da denúncia da Procuradoria-Geral da República. Aécio Neves continua como senador e com as mãos livres para manejar politicamente os seus interesses e do PSDB. Liberdade essa agraciada por decisão do ministro Edson Fachin.

Era aguardada a segunda denúncia de Janot, que ficou em banho-maria depois da decisão de inocentar o bandido Temer. Já não havia tanta preocupação nas hostes do governo. A recusa da Câmara Federal em acatar a denúncia compareceu como uma derrota da Procuradoria-Geral e, em particular, de Janot. A vida política no Palácio do Planalto voltou à normalidade. Os parlamentares passaram a negociar a reforma política. Temer divulgou uma ampla lista de privatizações, editou um decreto pondo fim à reserva de cobre e outros minérios na Amazônia

e reatou as negociações em torno da reforma da previdência. Aproveitou o respiro e foi para a China vender projetos desnacionalizadores.

No entanto, apesar da aparente tranquilidade, restava a apreensão sobre o que Janot poderia apresentar contra Temer antes de terminar o seu mandato, em 17 de setembro. Assim, Janot foi obrigado a entregar a Fachin o áudio de Joesley Batista, que havia sido entregue à Procuradoria-Geral, sem que o delator tivesse consciência do material inflamável, segundo as informações. O que é uma bomba para Janot, é um presente para Temer. Estaria demonstrada a inépcia das provas que o incriminavam. O melhor que Janot teria de fazer, portanto, é transferir o seu mandato para a Procuradora Raquel Dogde, apadrinhada do Michel Temer e Gilmar Mendes. Esse é o teor conclusivo da luta política institucional que se travou após o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff. Janot está terminando seu mandato. Ao invés de sair brioso, sairá chamuscado.

Se isso se confirmar, será uma vitória da camarilha golpista.

Para contrabalançar a situação, Janot desengavetou uma nova denúncia contra Lula e Dilma Rousseff. Acusa-os de formação de quadrilha e de ter recebido propina no valor aproximado de R\$ 1,48 bilhão. Segundo o advogado de Lula, Janot pretende “mudar o foco da discussão em torno da ilegalidade e ilegitimidade das delações premiadas”. Depois que as denúncias da Lava Jato se voltaram contra Temer e seus asseclas, o PT deixou de ser o único alvo, embora continuasse sendo o principal foco da luta política interburguesa. A reação de Temer, dos aliados da frente golpista e da imprensa monopolista permitiu questionar o uso das delações premiadas. Enquanto estava triturando o PT, tudo era

legal, certo e correto. Assim que atingiu o presidente golpista e figuras como Aécio Neves, a legalidade das delações começou a ser discutida no sentido de até que ponto poderiam ser utilizadas, já que nem sempre eram acompanhadas de provas factuais. A tal da figura do “domínio dos fatos”, usada fartamente no processo do Mensalão contra o PT, continua sendo utilizada para incriminar Lula, mas questionada quando se refere à quadrilha do PMDB e do PSDB. Mais ainda, provas visuais e auditivas da gravação de Joesley são consideradas ineptas e ilegais.

Nesse mesmo íterim, o juiz Sérgio Moro decidiu ativar a delação de Antônio Palocci. Homem forte no primeiro mandato de Lula e responsável por traçar a transição da política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso para a de semi-neoliberal de Lula, caiu em desgraças e nada tem a perder em

A recusa da Câmara Federal em acatar a denúncia compareceu como uma derrota da Procuradoria-Geral e, em particular, de Janot. A vida política no Palácio do Planalto voltou à normalidade. Os parlamentares passaram a negociar a reforma política. Temer divulgou uma ampla lista de privatizações, editou um decreto pondo fim à reserva de cobre e outros minérios na Amazônia e reatou as negociações em torno da reforma da previdência.

delatar seus ex-correligionários e amigos petistas. Segundo as primeiras delações, o objetivo é o de requestrar informações sobre as propinas da Odebrecht destinadas à compra de um terreno para o Instituto Lula e para o sítio de Atibaia. Pelo visto, Palocci também não apresentou nenhuma prova. Nota-se, portanto, que a divulgação de sua delação, bem no momento em que Temer fica aliviado e Janot chamuscado, faz parte das disputas intestinas no poder do Estado. Lula estava em campanha eleitoral no Nordeste e está prestes a dar novos depoimentos ao juiz Sérgio Moro.

Esses acontecimentos estão intimamente relacionados. Não por acaso, em meio a tudo isso, a Polícia Federal expôs o depósito de dinheiro clandestino do bandido Geddel Vieira, ex-ministro do governo petista e do governo golpista. Está em andamento a tão aguardada delação do doleiro Dilson Funaro, operador da quadrilha do PMDB. É provável que será ocultada a ligação entre Geddel, Funaro e Temer. Aí está o flanco aberto contra o presidente da República. Mas bem no momento da delação de Funaro e da “descoberta” do depósito clandestino de mais de R\$ 51 milhões, veio à tona a bomba que atingiu Janot e protegeu Temer. É de supor que as conspirações continuam a fazer parte da crise política.

O choque entre as instituições se agravou no último período. O confronto entre Janot e Gilmar Mendes, que pode ser entendido para a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal, ganhou novas proporções diante da continuidade ou não do governo Temer. A vitória deste no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na Câmara dos Deputados significou a derrota da fração da burocracia do Estado e de uma fração burguesa, que passou a desconfiar da possibilidade de um governo tão impopular e desmoralizado levar adiante as reformas antinacional e antipopular. Está aí por que a imprensa monopolista se dividiu em torno da permanência ou não de Temer. A seguir a lógica dos fatos até aqui evidenciados, esse novo escândalo atingirá tão somente o PT. O objetivo é o de impedir que Lula se candidate em 2018. Em boa parte, a continuidade da crise política tem a ver com as disputas eleitorais.

Cotidianamente, a população assiste aos escândalos de corrupção e de impunidade. No entanto, a imprensa monopolista procura convencê-la de que está havendo uma mudança para melhor e que é preciso ter paciência porque não se consertam as coisas erradas de uma só vez. É como se a moralidade está vencendo a imoralidade; a honestidade à desonestidade. As prisões de altos empresários e de políticos, principalmente do PT, seriam a demonstração de que a lei vale para todos. A Lava Jato foi alçada às alturas, como não se fizesse parte da política burguesa e das disputas intestinas no Estado. Oculta-se o fato de ter sido instrumento para o golpe que derrubou o

governo do PT. E oculta-se que os atuais choques se dão em torno da manutenção ou mudança do governo golpista. Considera-se a vitória de Temer contra a denúncia da Procuradoria-Geral como demonstração da fortaleza democrática. É como se estivesse forjando novas instituições estatais, novas relações políticas e uma nova democracia, que gradualmente irá substituindo as velhas práticas corporativas e fisiológicas. Não por acaso, o governo Temer seria o produto genuíno da democracia, embora não estivesse à sua altura. A esperança é que as próximas eleições venham a constituir um novo governo asentado em novas práticas administrativas e políticas. Tudo isso é uma grande mentira para aplacar o ódio dos explorados diante do avanço do desemprego, da pobreza, da miséria e das reformas impostas pela ditadura civil de Temer.

Esse tipo de ilusão não se circunscreve ao manejo da política burguesa. Vimos correntes de esquerda que se dizem socialistas pedir prisão a todos, como se fosse um ato de vontade das massas, a despeito de que tudo está nas mãos da justiça e do cárcere burguês, em última instância, nas mãos da política burguesa que impera no momento. A desorganização e o atraso político da classe operária são tão grandes que a maior parte das correntes de esquerda acha que é uma boa resposta à corrupção colocar o destino dos bandidos burgueses nas mãos da própria justiça burguesa. Há entre tais correntes a crença de que essa é a maneira de mostrar para os explorados que nada se resolve no capitalismo. No entanto, não apresentam respostas que o proletariado pode dar, independente se está em condições ou não de cumprir no momento.

É preciso ou não ter uma resposta proletária? Sem dúvida que sim. Começa por demonstrar que a corrupção é inerente ao capitalismo e que jamais o poder da burguesia dará um só passo adiante para resolvê-la. E mostrar que ou a classe operária se põe em luta por suas reivindicações, por seu programa e por sua própria estratégia, ou continuará a arcar com a decomposição do capitalismo. O aprofundamento da corrupção é apenas um sintoma da decomposição. Trata-se de procurar suas raízes nas relações capitalistas de produção, na brutal exploração do trabalho, na manutenção da miséria e da fome pela força das armas e na dominação que se garante por meio do Estado. Se se quer de fato e sinceramente combater os crimes da burguesia, é preciso lutar pela constituição de um Tribunal Popular, criado pelo movimento das massas. Se os explorados ainda não estão em condições de cumprir essa tarefa, trata-se de explicar e explicar que esse é o único caminho capaz de combater os crimes da burguesia. É a única via de colocar nas mãos do proletariado as reais soluções. Nossa luta, evidentemente, não é de moralizar a política burguesa e salvar o capitalismo de sua própria desintegração, mas sim destruí-lo pela via da revolução social.



PIB brasileiro cresce 0,2% no segundo trimestre e governo comemora

Os dados econômicos indicam que pelo segundo semestre consecutivo o PIB tem crescimento positivo, ainda que ínfimo. Segundo a cartilha da economia burguesa, isso indica que o país tecnicamente saiu da recessão. Os economistas mais precavidos avaliam que se trata de uma parada da queda. Alertam que os dois últimos anos registraram juntos retrocesso de 7,4% e que seriam necessários alguns anos de crescimento maior que 2,5% anuais para retomar o patamar de 2014, em 2020.

É evidente que o crescimento de 0,2% está muito perto da estagnação. E que nem de longe faz diferença significativa na economia afetada pela recessão de dois anos seguidos. Mas o governo tem realçado esse número em sua defesa de que o país estaria saindo do buraco, criado, segundo ele, pelas administrações petistas.

Os fatos vistos de conjunto, porém, negam essas afirmações.

Recessão e crescimento vegetativo sob as pressões da crise mundial capitalista

É absolutamente falso que a crise econômica brasileira é fruto da má administração ou corrupção petistas. A crise econômica é mundial, partiu dos núcleos do capitalismo internacional e afetou dezenas de países produtores de matérias-primas, como o Brasil. A crise econômica é a base da crise política, embora esta retroalimamente aquela dialeticamente. Os governos petistas serviram aos capitalistas de dentro e de fora do país durante anos. Somente quando Dilma se mostrou incapaz de manter a sustentação do parasitismo financeiro, por conta dos sucessivos déficits das contas públicas a partir de 2014, colocou-se sua deposição. E o golpista Temer assumiu estabelecendo um governo de crise, que não poderia e não pode se estabilizar diante do avanço da crise econômica.

E foram também os rumos da economia mundial que permitiram os superávits seguidos nos dois primeiros trimestres de 2017. A valorização e aumento do consumo de matérias-primas do agronegócio e mineração brasileiros puxaram o PIB para cima, ainda que os demais setores se mantivessem em crise ou estagnados. No primeiro trimestre, os mais de 13% de crescimento da safra agrícola foi diretamente responsável pelo 1% de crescimento do PIB. No segundo trimestre, não houve queda na produção agrícola, o que se esperava, mas estagnação de 0%. Os serviços, porém, puxaram o PIB para cima.

Mas crescem no horizonte novas ameaças recessivas. A supervalorização das ações da Nasdaq (bolsa de tecnologias) estabeleceu a crença de que haverá nova quebra em breve. Quebra que deve arrastar outros ramos fundamentais da economia para baixo. E a situação pré-falimentar de grande parte dos bancos centrais mundiais levanta a expectativa de que possam haver bloqueios bancários de saques e poupanças.

A crise mundial já destruiu grande volume de forças produtivas, na maior parte, força de trabalho. O desemprego mundial expressa essa destruição. Mas ainda será preciso destruir muito mais ao ponto de permitir uma reconcentração de mercados e capitais tais que possa criar novos rumos de valorização do capital a partir da exploração do trabalho assalariado. Isso indica que a crise mundial não vai acalmar. A redução das previsões de crescimento da economia dos EUA aponta nesse sentido. A crise vai se arrastar ainda mais.

Crescimento médio com queda na indústria, construção civil e arrecadação

A indústria automobilística festeja crescimento. Boa parte dele, ancorada no aumento da exportação, especialmente o setor de caminhões. Ainda se encontra cerca de 30% longe dos índices de 2011. Por trás da cortina de fumaça de Temer, a indústria caiu no geral 0,5% no segundo trimestre de 2017. A construção civil caiu 2%. E a arrecadação pública caiu a tal ponto que o mês de julho registrou recorde no rombo das contas, mais de 20 bilhões de reais de déficit num só mês, maior que um ano de contas negativas de Dilma. Os investimentos caíram 0,7% em relação ao primeiro trimestre e 6,5% em relação ao segundo trimestre de 2016. Mesmos números da queda da formação de capital fixo. O investimento público caiu 0,9%, agora e 2,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Os fogos de artifício sobre o saldo da balança comercial se esfumam diante da queda das importações: -3,5% agora, -3,3% em relação ao mesmo período no ano anterior. Boa parte do crescimento do PIB se deveu ao aumento do consumo doméstico, retraído por oito trimestres seguidos. Portanto, não passa de um desvio na curva geral de queda, apontado como resultado da baixa inflação. Lembremos que os salários de muitas categorias estão congelados, portanto, não aumentou seu poder de compra pela baixa inflação oficial.

Medidas de proteção ao parasitismo e redução do valor da força de trabalho atuam recessivamente

As reformas de Temer, especialmente aquelas que afetam os salários e mantêm o sustento do parasitismo, não estimulam a economia; ao contrário, são medidas recessivas. Reduzem o poder de compra dos salários e desestimulam a indústria e construção.

A redução geral do valor da força de trabalho causada pela reforma Trabalhista e a ampla terceirização vão repercutir no consumo doméstico. Os cortes de gastos públicos vão afetar a construção civil e indústria.

A proteção aos capitalistas se dá às custas de mais miséria e exploração, e não abre nenhuma perspectiva de progresso geral. A decomposição do capitalismo se manifesta em medidas de ampla destruição das forças produtivas, e, com elas, de maior barbárie social.

As massas devem responder com suas próprias forças

Não haverá parlamento ou governo sob o capitalismo que sejam capazes de reverter essas tendências gerais. A única saída progressiva está nas mãos dos explorados e demais oprimidos, que podem, a partir da revolução socialista, colocar os meios de produção a serviço de um planejamento coletivo e para o bem-estar da maioria.

Mesmo a defesa mais elementar da vida das massas depende de que tomem em suas próprias mãos a solução de seus problemas, por seus próprios métodos, com sua organização independente. No caso atual, têm de retomar o caminho da greve geral, convocar as assembleias em todos os setores, erguer comandos de base, distanciar-se da política conciliadora, eleitoreira e institucional das direções sindicais. Armar-se com a política independente da classe operária, com sua estratégia própria de poder e com a tática que lhe corresponde.

Resoluções da Corrente Proletária/POR ao Congresso da CSP-Conlutas

I. Conjuntura

Internacional

1. O capitalismo atravessa a mais longa e profunda crise mundial do pós-guerra. Trata-se da manifestação de suas leis estruturais, históricas. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque aberto com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. A burguesia não tem outra via para enfrentar a crise de superprodução a não ser destruindo massivamente parte das forças produtivas. O que se faz por meio das recessões e por medidas de proteção aos lucros. Essa via incorpora outros meios como os saques das nações oprimidas e as guerras. As demissões em massa e alta do desemprego indicam a escala do estancamento e da destruição de forças produtivas. As guerras, por sua vez, indicam o impulso das tendências bélicas criadas e fomentadas pelas relações de produção, disputas e dominação econômica. É o que explica a função das guerras na etapa imperialista do capitalismo.
2. A decomposição da ordem estruturada após a 2ª Guerra Mundial, que serviu para recompor as forças produtivas, tem impulsionado o intervencionismo das potências. Os capitalistas acirram as disputas pelos mercados e fontes de matérias-primas. O Oriente Médio se tornou um palco de guerra, promovido ou incentivado por interesses externos. Na Ásia, intensificase a corrida armamentista, impulsionada pela necessidade dos Estados Unidos e aliados conterem a China. A crise em torno da Coreia do Norte é tão somente a ponta do iceberg. É necessário assinalar, mesmo que de passagem, que a restauração capitalista já não tem servido de respiradouro para o capitalismo mundial. O choque entre os Estados Unidos e a Rússia expressa a impossibilidade desta se erguer e se manter como uma potência regional. O combate dos povos contra o intervencionismo norte-americano e aliados reflete a rebelião das nações e povos oprimidos contra o imperialismo.
3. Desde 2008, quando eclodiu a crise a partir dos Estados Unidos, a classe operária, as massas exploradas e as nações oprimidas vêm se confrontando com a desintegração do capitalismo mundial, cujo resultado é o da ampliação da barbárie social. É com essa situação que as centrais, os sindicatos, os movimentos e a vanguarda revolucionária se deparam e estão obrigados a assumir o programa da revolução proletária. Caso contrário, servirão, em última instância, à burguesia decadente e putrefata.
4. Os explorados têm recorrido, como podem, à luta. Greves, manifestações, bloqueios e enfrentamentos com a polícia ocorrem em toda a parte. Defendem os empregos, os salários, direitos e conquistas sociais. Na Europa, a greve geral na França contra os ataques do governo às antigas conquistas do

proletariado se levantou como um marco de resistência. Certamente, a luta de classes ainda está aquém das necessidades dos explorados diante do processo de desintegração capitalista. Mas isso tem a ver com a crise de direção revolucionária e com o bloqueio imposto pelos poderosos aparatos sindicais burocratizados. Haja vista a urgência de unir a classe operária e demais oprimidos para responder à política colonialista das potências, a questão dos imigrantes e a emergência das tendências fascitizantes no seio da burguesia e da pequena-burguesia. Nos Estados Unidos, a crise econômica potencializou a opressão racial, que não é senão uma das expressões da opressão de classe. Não por acaso, os ataques aos imigrantes têm o mesmo conteúdo e objetivo que os da Europa. Sem dúvida, o proletariado norte-americano se encontra em grande atraso político em relação ao proletariado europeu. Nota-se que os movimentos de resistência, em grande medida, estão circunscritos à pequena burguesia. É questão de tempo para a classe operária norte-americana despertar para os grandes problemas que golpeiam a maioria explorada. O fundamental está em que o capitalismo em desintegração impulsiona a luta das massas, que necessitam da direção revolucionária para potenciar a luta de classes.

5. A América Latina constituída de países de economia atrasada e semicolonial paga um preço exorbitante diante da crise mundial. Passado o período de crescimento, que parecia duradouro, as quedas e recessões se generalizaram, ainda que em graus distintos. Voltaram as demissões em massa e a taxa de desemprego e subemprego se elevou. A profunda recessão que atingiu o Brasil serve de termômetro para se verificar o quanto a indústria foi atingida. A resistência das massas ao avanço da pobreza e da miséria também aparece de forma

(...) a luta de classes ainda está aquém das necessidades dos explorados diante do processo de desintegração capitalista. Mas isso tem a ver com a crise de direção revolucionária e com o bloqueio imposto pelos poderosos aparatos sindicais burocratizados.

generalizada, apesar dos distintos ritmos e amplitudes. Nota-se que a pequena burguesia vem se ressentindo das medidas de contenção orçamentária dos governos, que seguem os ditames do imperialismo. Os movimentos impulsionados por essa camada social se chocam abertamente com a política econômica antinacional e antipopular. A classe operária latino-americana tem pressionado os sindicatos e as centrais para que respondam às reformas trabalhista e previdenciária. A greve geral na Argentina e no Brasil, nos dois países mais industrializados, também são marcos da intervenção do proletariado diante das medidas pró-imperialistas. Evidentemente, há países em que a classe operária é retardatária. O que tem a ver com o mesmo problema dos sindicatos burocratizados e estatizados, bem como, e principalmente, devido à ausência do partido revolucionário.

6. A queda e a recessão nas economias latino-americanas golpearam os governos que encarnavam o nacionalismo, o pseudo nacionalismo e o reformismo pequeno burguês. O mais re-

cente golpe de Estado, que ocorreu no Brasil, expôs, de um lado, a impotência do nacional-reformismo e, de outro, a imperiosa necessidade do grande capital de impor as reformas antinacional e antipopular. Nesse caso particular, resalta-se a gigantesca dívida pública e o parasitismo financeiro. Outros golpes ocorreram anteriormente, como o de Honduras e Paraguai. Na Argentina, o governo kichernerista mostrou sua incapacidade de enfrentar as pressões do capital financeiro. Foi corroído pelas forças pró-imperialistas e acabou derrotado nas eleições. Ambos processos políticos convergem para o denominador comum dos interesses dos monopólios e do capital financeiro. O governo mais nacionalista de todos, que é o da Venezuela, está acuado pela oposição reacionária, pela ofensiva norte-americana e pelos seus sequazes encastelados no Mercosul, tendo à frente a aliança entre o governo golpista do Brasil e o governo eleito da Argentina. Na Bolívia, a oposição burguesa comparece grandemente enfraquecida e o governo Evo vem se chocando quase que diariamente com os movimentos fabris, indígenas e da pequena burguesia urbana. É fundamental a crítica ao nacionalismo burguês e ao nacional-reformismo, revelando o seu caráter de classe para os explorados. Mas, igualmente, é fundamental rechaçar a ofensiva do imperialismo e de toda ingerência externa da burguesia servil latino-americana. A via para desenvolver a luta independente dos explorados e a sua estratégia própria de poder é a de organizar a luta a partir de suas necessidades fundamentais e trabalhar pela organização da frente única anti-imperialista. A defesa da independência nacional e da autodeterminação dos povos é parte essencial da luta contra os próprios governos nacionalistas decadentes e o imperialismo.

Diante desse quadro de decomposição do capitalismo, de intervenção imperialista, de ataque às condições de existências das massas e de avanço da barbárie social, cabe ao Congresso da CSP-Conlutas:

- a) *Colocar-se por uma política internacional proletária, que promova a unidade dos explorados e dos povos oprimidos contra o saque dos países atrasados e a exploração do trabalho;*
- b) *Desenvolver no seio das massas e nos movimentos a estratégia da revolução proletária, como única via para derrotar o imperialismo e iniciar a transição do capitalismo para o socialismo;*
- c) *Unir os povos oprimidos e saqueados em torno à bandeira de independência nacional e autodeterminação;*
- d) *Levar aos explorados o programa de expropriação dos monopólios, estatização do capital financeiro e nacionalização das terras;*
- e) *Organizar as lutas pelas reivindicações mais elementares, vinculando-as à estratégia própria de poder do proletariado;*
- f) *Responder ao domínio das potências, ao saque e ao intervencionismo com a unidade do proletariado e da maioria nacional oprimida em torno da frente única anti-imperialista.*

II. Nacional

1. A situação nacional está marcada pelo golpe de Estado que derrubou o governo do PT e instituiu um governo que se ca-

racteriza por ditadura civil. Sua função foi e é a de implantar a todo o custo e por cima da imensa maioria da população medidas antinacional e antipopular. Toda política econômica está voltada a sustentar a gigantesca dívida pública e a enorme carga de juros que sangra o Tesouro nacional. De um lado, o governo golpista de Temer atende aos interesses dos capitalistas exploradores da força de trabalho; de outro, às exigências do capital financeiro. Seu caráter plenamente antinacional vai ao ponto de lançar um plano de privatizações, que abarca vários setores da economia, e abrir à exploração dos monopólios as ricas reservas minerais. Seu caráter abertamente antipopular se reflete nas reformas trabalhista e previdenciária. A ditadura civil de Temer vem impondo profundas alterações nas relações de trabalho, que governos neoliberais anteriores - como o de Fernando Henrique Cardoso - não conseguiram. De conjunto, a PEC do Teto, as reformas trabalhista e previdenciária, as privatizações e a quebra da reserva estatal de minérios formam um ambicioso plano, que corresponde às diretrizes do imperialismo para a crise mundial. O golpe de Estado, assim, compareceu como a via de constituir um governo completamente livre das pressões eleitorais. O Congresso Nacional se transformou em um órgão do golpe e das reformas antinacional e antipopular.

2. O impeachment de Dilma Rousseff é parte da crise política que se estende desde a desintegração da ditadura militar. Os governos petistas se constituíram e se viabilizaram como necessidade da burguesia de recorrer à política de conciliação de classes. O fim da ditadura militar se deu nas condições de retomada da luta de classes, impulsionada pela crise econômica. O PT e o caudilho Lula se ergueram como um valioso instrumento da conciliação de classes. Não por acaso, se materializou na forma de política de Estado depois da estabilização, com o Plano Real, promovida pelo governo pró-imperialista de Fernando Henrique. A retomada econômica permitiu impulsionar a conciliação de classes e atender aos interesses do grande capital. A avalanche da crise mundial, que desabou em 2008, acabou por inviabilizar o governo de conciliação de classes. O golpe de Estado se encarregou de interromper o continuísmo petista.
3. A crise que atingiu o governo Dilma foi determinada pela queda do crescimento e a recessão. A Operação Lava Jato se potenciou como fator da crise política, assentando-se socialmente na classe média. Não pode ser desligada da recessão, das demissões em massa e da elevação do desemprego. Está aí por que suas investigações chegaram ao ponto de atingir o próprio governo golpista, bem como boa parte dos partidos e do Congresso Nacional. Temer somente conseguiu se equilibrar no poder graças à condução das reformas antinacional e antipopular. A burguesia atribuiu-lhe a função de impor as contundentes medidas, que governo nenhum eleito havia conseguido. O Congresso Nacional passou a se responsabilizar pelo governo golpista enquanto indutor da brutal virada na política econômica. Estava claro que a derrubada do governo do PT se justificava tão somente pela necessidade de impor à maioria oprimida o “ajuste fiscal” e o recrudescimento da exploração do trabalho. É o que explica Temer ter se livrado do processo de cassação do TSE, barrado a denúncia de Janot na Câmara Federal, acuado o Ministério Público e freado as

investidas da Polícia Federal contra seu governo. Contribuiu para isso a sinalização de que a recessão vem perdendo força. É nestas condições que o Congresso Nacional encontrou espaço para ir adiante com a reacionária reforma política.

4. A classe operária mostrou disposição de luta na greve geral de 28 de abril. Bastou as centrais, os sindicatos e os movimentos populares convocarem e organizarem a resistência às reformas trabalhista e previdenciária para que os explorados se levantassem em combate. O governo golpista foi identificado imediatamente pela ofensiva contra a vida das massas. O mesmo se passou com o Congresso Nacional golpista. Generalizou-se a rejeição ao governo e aos parlamentares. Chegou-se ao ponto de a imprensa monopolista ter de fazer uma campanha em defesa do governo impopular e corrupto. Para impor as reformas era e é preciso um governo liberto de qualquer pressão popular. No lado oposto, abriu-se uma situação de luta direta, de massa, contra os ataques e o governo de Temer. As manifestações de março e a greve geral de abril foram um primeiro impulso nesse sentido. As frações da burocracia sindical, pró-Temer e anti-Temer, acabaram por desviar o curso da luta direta e contê-la nos limites da institucionalidade. O que quer dizer nos limites ditados pelo Congresso Nacional golpista e pelo próprio governo. O sintoma mais claro do divisionismo se deu no 1º de Maio, quando as burocracias se colocaram pelas festividades. A caricatura das manifestações nacionais de 30 de junho refletiu, de um lado, a negociata da Força Sindical e UGT com o governo, e de outro, o oposicionismo burguês da CUT e aliados estampado na bandeira de “Fora Temer”, “Diretas já” e “Lula presidente”. Já não importava para as burocracias a tarefa de derrubar as reformas pela via da greve geral. Sem a intervenção do proletariado na crise política, com suas reivindicações e seus métodos de luta, o governo ficou com as mãos livres para aprovar a reforma trabalhista e afastar os perigos da delação da JBS. Observa-se que imperou a política de conciliação de classes, agora com a nova roupagem oposicionista, encabeçada pelo PT, PCdoB e a Frente Brasil Popular. Como se vê, a estabilização da ditadura civil de Temer, pelo menos até o momento, se deveu ao desmonte do movimento grevista e ao abandono das reivindicações que uniam a maioria explorada contra o governo e o Congresso Nacional golpistas.

Diante desse quadro, o Congresso da CSP-Conlutas deve:

- a) *Condenar veementemente a política de conciliação de classes, o desvio do combate dos explorados para as bandeiras institucionais de “Fora Temer”, “Diretas já”, ou “Eleições gerais”;*
- b) *Trabalhar pela retomada da greve geral, reerguendo as bandeiras de “Abaixo as reformas trabalhista e previdenciária”, o fim de toda a terceirização, defesa dos empregos, salários e direitos e combate a todas as formas de flexibilização capitalista do trabalho;*
- c) *Vincular a luta contra as reformas com as bandeiras de não pagamento da dívida pública, fim do Programa de privatização e desnacionalizado do governo golpista, reestatização geral das empresas que foram privatizadas, nacionalização de todos os recursos naturais, sob o controle da classe operária;*

- d) *Convergir os movimentos operário, camponês e popular para a luta anti-imperialista. Defender no interior dos movimentos as bandeiras de independência nacional, autodeterminação da nação oprimida e expropriação sem indenização dos monopólios e capital financeiro;*
- e) *Propagandear e agitar a estratégia própria de poder do proletariado, que se sintetiza no governo operário e camponês. Contrapor-se à estratégia burguesa do reformismo e da esquerda eleitoral. Colocar-se plenamente pelo programa da classe operária, que unifica todas as forças sociais oprimidas contra a burguesia e a sociedade de classes. Trabalhar pela aliança operária e camponesa e pela frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.*

III. Balanço da CSP-Conlutas

1. As grandes crises testam as direções sindicais. Compararam como tal, o movimento do impeachment e a constituição do governo golpista. É preciso, porém, partir da crise econômica, cujas consequências imediatas foram a onda de demissões em massa e o crescente desemprego. Durante o período, as multinacionais impuseram a flexibilização capitalista do trabalho (banco de horas, lay-off, PDV, etc.). Dilma Rousseff chegou a transformar em lei o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que nada mais é do que a legalização a redução da jornada com redução do salário e uma forma de subsidiar as empresas. A CUT esteve à frente da implantação desse mecanismo antioperário. O fato é que o sindicalismo como um todo se dobrou diante das pressões do grande capital. As demissões continuaram e reduções salariais se impuseram. A terceirização ganhou terreno, ao ponto de, sob o governo de Temer, se expandir para todas as funções e atividades. A ausência de uma reação do movimento sindical em geral refletiu a profunda burocratização das centrais e sindicatos. No fundo, encontramos a política de conciliação de classes, praticada pelas direções mais à direita e mais à esquerda. Entendemos que a CSP-Conlutas não conseguiu romper essa camisa de força. Acabou por se ajustar a ela, embora tenha feito críticas à burocratização e reivindicado a independência de classe. É preciso explicar por que não se potenciou como uma fração classista, capaz de se distinguir por dirigir um contingente da classe operária contra a flexibilização capitalista do trabalho, as demissões e o rebaixamento dos salários. Um exemplo foi a adaptação do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos aos acordos de flexibilização do trabalho (lay-off, PDV).

2. Na crise do governo Temer, a CSP-Conlutas teve a virtude de defender a greve geral e, corretamente, denunciou o desmonte das manifestações nacionais de 30 de junho. Não foi capaz, porém, de dirigir uma parcela da classe operária e dos demais explorados contra o divisionismo e a sabotagem da Força Sindical e UGT, que colaboravam com o governo na aprovação da reforma trabalhista, de um lado. E não foi capaz de se opor à CUT, que desviava a luta direta contra as reformas para a bandeira institucional de “Fora Temer e diretas já”. Certamente, a divisão na direção da CSP-Conlutas em torno das bandeiras: “Fora todos e eleições gerais” e “Fora Temer e eleições” foi um fator a mais de sua paralisia diante do brutal ataque aos empregos, salários, bem como diante das reformas. Como parte desse mesmo problema, desenvolveu-se a divergência em torno da caracterização de que

se houve ou não um golpe de Estado com o impeachment de Dilma. A condenação de Lula pela Lava Jato e a posição do PSTU, principal dirigente da Conlutas, de defender sua prisão, sob a bandeira de “prisão a todos os corruptos e corruptores” intensificaram os conflitos entre as correntes internas à Central. Ocorre que a CSP-Conlutas, apesar das tentativas de diferenciação, se colocou sob a caracterização de governo “ilegítimo”, feita pelo PT/PCdoB, e não teve como intervir com a estratégia própria de poder do proletariado. A Conlutas permaneceu no campo estratégico da CUT, da Frente Brasil Popular, do PT, PSOL e PCdoB, que se colocaram pela resolução da crise pela via das eleições.

3. A profunda crise do capitalismo e as tendências de agudização da luta de classes expõem a gravidade do divisionismo sindical. A CUT de um lado, como correia de transmissão da política reformista do PT, e a Força Sindical, de outro, como correia de transmissão dos partidos burgueses e do governo golpista condicionam o movimento geral dos trabalhadores. A CSP-Conlutas como expressão da política centrista, de um lado, e a CTB, como aparato da política estalinista, de outro, não fazem senão multiplicar as divisões. É claro que a CTB não passa de uma muleta da CUT. A Conlutas foi fruto das tendências divisionistas, infelizmente. É por isso que não se tornou um poderoso canal das massas em luta contra a burguesia e em choque com os aparatos sindicais de contenção. O proletariado tem uma tarefa histórica a resolver, que é a de desmoronar o corporativismo sindical estatizante e constituir uma única central, operária, classista, de massa e democrática. A CUT foi fundada com esse propósito, mas sob a direção do reformismo acabou servindo ao processo de estatização e de multiplicação das centrais. A CSP-Conlutas só pode servir à independência do movimento operário caso reveja suas posições equivocadas e passe a lutar sob a bandeira de uma única central.

Considerando esse balanço crítico, a CSP-Conlutas deve:

Plenária de eleição de delegados professores ao Congresso da CSP-Conlutas

No dia 2 de setembro, em todas as regiões de São Paulo, ocorreram as plenárias para retirada de delegados ao 3º Congresso da CSP-Conlutas. Participaram as correntes que compuseram as chapas de oposição à Apeoesp e ao Sinpeem. Nas regiões em que possui representação, a Corrente Proletária/POR defendeu suas resoluções. Como não houve uma plenária unificada, os votos das regiões foram somados e depois feito a proporcionalidade de acordo com o número de delegados que cabia à oposição. Assim, a Corrente Proletária obteve 6 delegados. Abaixo relatamos nossa intervenção.

Lapa

A plenária contou com uma vanguarda expressiva da região. Houve a apresentação das teses, a intervenção dos presentes e as conclusões dos representantes das teses. A Corrente Proletária disputou delegados com o Coletivo Reviravolta (PSTU), MAIS e Coletivo Luta Educadora. Compareceram 43 delegados da Apeoesp e 21 dos Sinpeem, sendo que a Corrente Proletária obteve 12

- a) *Reconhecer a necessidade da estratégia própria de poder do proletariado, que definida pelo governo operário e camponês, para desenvolver a política independente e classista no seio dos sindicatos;*
- b) *Combater o divisionismo no movimento sindical, defendendo as reivindicações dos explorados e colocando-se pelo método da ação direta;*
- c) *Trabalhar para pôr em pé uma única central, operária, classista, de massa e democrática.*

IV. Plano de ação

As resoluções acima apresentadas contêm o plano de ação. Cabe acrescentar os seguintes pontos:

1. A bandeira de retomada da greve geral contra a implantação da reforma trabalhista e contra a aprovação da reforma previdenciária deve ser acompanhada das bandeiras de defesa dos empregos e dos salários. Fim das demissões, redução da jornada sem redução dos salários, estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho e piso salarial equivalente ao salário mínimo vital;
2. Reagir aos assassinatos de camponeses e lideranças dos movimentos com a bandeira do direito à autodefesa armada e organização da aliança operária e camponesa;
3. Organizar a luta contra todas as formas de opressão de classe. Responder às discriminações e a violência sobre as mulheres, negros, indígenas e homossexuais. Combater a violência policial e os assassinatos dos jovens pobres, levantando a bandeira de nenhum jovem desempregado e fora da escola, emprego a todos, 4 horas na produção social e 4 horas nas escolas. E desmantelamento dos aparatos repressivos da burguesia.
4. Trabalhar pela estruturação de uma rede de comitês de luta, desde as fábricas, bairros e escolas. Responder os crimes da burguesia com a bandeira de constituição de uma Tribunal Popular, criado pelos trabalhadores em luta.

votos da Apeoesp e 04 do Sinpeem.

Na apresentação de nossa resolução, destacamos alguns pontos centrais das resoluções: 1) As consequências da crise econômica do capitalismo sobre as massas e a necessidade da burguesia em ampliar a destruição das forças produtivas, com as demissões em massa e o desemprego; 2) O intervencionismo das potências imperialistas sobre as semicolônias, com o aumento do protecionismo e a intervenção bélica; 3) A luta de resistência dos explorados com as grandes greves e manifestações, demonstrando que o capitalismo em desintegração impulsiona a luta das massas e a necessidade urgente de uma direção revolucionária; 4) A falência de governos nacionalistas ou pseudo nacionalistas na América Latina e a perda do poder pela via das eleições para partidos direitistas ou através de golpes de Estado; 5) O golpe de Estado no Brasil e a caracterização do governo Temer como ditadura civil, que cumpre as diretrizes do grande capital, aplicando as reformas antinacional e antipopular; 6) A posição conciliadora das Centrais Sindicais na luta contra as

reformas, que traíram os trabalhadores em troca das eleições em 2018; 7) A crítica ao divisionismo das centrais e a defesa de uma única central operária, classista e democrática.

O debate no plenário se deu no sentido de reforçar as posições das correntes que expuseram suas resoluções. O MAIS procurou criticar a política divisionista do PSTU na manifestação de 30 de junho e em relação a caracterização de que no Brasil não houve golpe. Não houve rejeição às resoluções do POR.

Itaquera

Foi um encontro com baixa participação dos professores. Estiverem presentes ativistas da regional de Itaquera e de outras sub-sedes, como Suzano, Tatuapé e Itapevi. Pelo Sinpeem, militantes de São Mateus e Penha e um professor desempregado que se destacou no movimento pela estabilidade. Foram apresentadas três teses: Reviravolta/PSTU, que obteve 1 voto; POR/Corrente Proletária, 6 votos e Bloco/Conspiração Socialista, 28 votos.

O debate foi marcado pela apatia. Dois momentos chamaram a atenção. 1) o balanço da Conspiração Socialista da CSP-Conlutas, que responsabilizou o PSTU pela impotência da central em função da política exitista e divisionista, principalmente na greve geral e na manifestação de 30 de junho, quando chamou o ato separado. Porém, não denunciou a política eleitoral do PSTU em torno das bandeiras do “Fora Temer e eleições gerais”, quando os explorados estavam em luta direta contra as reformas do governo Temer. 2) e as críticas da Conspiração Socialista à estratégia revolucionária do POR. Nesse ponto, prevaleceu a despolitização. Chegou ao ponto de confundir a revolução proletária com o golpe militar de 1964. A essência da crítica era a de mostrar que o POR tem uma política sectária para responder à crise econômica e política. Ao combater a estratégia própria de poder da classe operária, acabou caindo na vala comum de apoio à estratégia reformista, democratizante. Trata-se de uma corrente que não se coloca por construir o partido revolucionário. Boa parte de sua militância fez parte do PSTU e hoje dedica seus esforços no sindicalismo considerado mais radical. Ao se apegar ao sindicalismo, carrega todos os vícios próprios do sindicalismo apartidário. Daí as disputas aparelhistas pelo controle das sub-sedes da Apeoesp e no interior da Conlutas.

O encontro não se colocou por organizar a luta contra o desemprego dos professores contratados da rede municipal e estadual. Não se colocou sob a bandeira da estabilidade a todos os contratados, embora a mesa tenha se posicionado favorável à moção de apoio à luta dos desempregados municipais. Mas o encontro foi encerrado sem sequer aprovar essa moção.

Itapecerica

A eleição de delegados realizada na sub-sede de Itapecerica da Serra contou com 16 professores. A participação foi extremamente reduzida, quase que exclusivamente de militantes. Nas duas votações disputaram as mesmas 3 teses: da Corrente Proletária/POR (com 3 votos em cada uma das aferições), do PSTU (com 6 votos na Apeoesp e nenhum nos municipais) e do Bloco (no caso de Itapecerica, composto pela LSR e MAIS), que compareceu coligado à Unidos pra Lutar (LS), recebendo 7 votos na Apeoesp e 3 no SINPEEM.

Não houve um balanço da CSP-Conlutas, apenas considerações pontuais, a exemplo da crítica feita pelo POR acerca do divisionismo e a sua resposta ao problema com a bandeira de constituir uma única central sindical no país. As principais polêmicas se deram em torno da questão da Venezuela e do impeachment no Brasil. No primeiro caso, a Corrente Proletária se posicionou pela tática da frente única anti-imperialista, enquanto o PSTU e a Unidos defenderam

o “Fora Maduro” simultaneamente à luta contra o imperialismo. A particularidade é que a LSR, mesmo compondo o Bloco, apresentou sua rejeição à linha do PSTU-Unidos. Em relação ao Brasil, PSTU e Unidos não reconhecem que houve um golpe no país, mesmo com todas as evidências apontando no sentido contrário.

Franco da Rocha

A plenária de Franco da Rocha contou com apenas duas correntes: a Corrente Proletária e a Conspiração Socialista. A presença foi muito baixa, 13 militantes. Uma parte dos professores alegou que se tratava de um sábado letivo na região. O resultado final da votação foi bastante dividido entre as duas forças, 7 votos para a Conspiração Socialista e 6 para a Corrente Proletária.

A Corrente fez a exposição dos principais pontos da resolução destacando: defesa da frente única anti-imperialista, contra o intervencionismo imperialista, a autodeterminação dos povos. Expôs a caracterização do governo golpista de Temer como uma ditadura civil e denunciou a conciliação de classes das centrais. E concluiu com a defesa da independência de classe e por uma única central, classista e democrática baseada no método da ação direta.

A polêmica se limitou ao balanço da Conlutas em relação ao divisionismo político e organizativo, que se materializa hoje na incapacidade da Conlutas em comparecer como uma fração significativa do proletariado diante da crise econômica e as medidas antinacional e antipopular do governo.

São José dos Campos

A Plenária abrangeu a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A direção coube ao PSTU, corrente Reviravolta. Contou com três teses: PSTU, Bloco de Oposição Alternativa (que inclui o MAIS) e Corrente Proletária. O resultado foi: PSTU, 20 votos; Bloco Oposição Alternativa, 10 e Corrente Proletária, 3.

A apresentação das resoluções e o debate foram conduzidos burocraticamente. Houve a limitação de 8 a 10 minutos de exposição e 10 inscrições de 2 minutos aos presentes, com o cerceamento de inscrição de professores organizados em corrente. Avaliamos que esse método não fortalece o debate e impede que as correntes possam explicar mais detalhadamente suas posições políticas, o que ajuda a esclarecer as diferenças entre elas.

Santo André

O encontro teve participação de 62 militantes das correntes que intervêm em Santo André, Mauá, São Caetano, São Bernardo e Diadema: Renovar, Reviravolta/PSTU, Oposição Revolucionária, MRT, MOVE e Corrente Proletária/POR. A plenária foi organizada para que as tendências expuseram suas avaliações sobre a situação internacional, nacional, balanço das lutas sindicais e da CSP-Conlutas. Na apresentação das resoluções, evidenciaram as diferenças de análise do golpe que derrubou o governo Dilma, o caráter do governo Temer e as respostas à crise política, conseqüentemente, à corrupção.

A Corrente Proletária enfatizou a defesa da estratégia de poder do proletariado, o governo operário e camponês, como resposta à crise econômica e política. Criticou as saídas democratizantes de eleições. Mostrou a disposição de luta da classe operária expressa na greve geral de 28 de abril e criticou a traição das burocracias sindicais em desmontar a luta direta dos explorados. Colocou a tarefa de retomar a greve geral para derrubar as reformas trabalhista e da previdência. Destacou a importância de construir a frente sindical, baseada nas assembleias e nos comitês de base. E concluiu defendendo a construção do partido revolucionário.

Origem da Oposição chapa 2. Intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC. Parte II.

Luta da Oposição contra a Volks e seus agentes: a burocracia.

No jornal Massas 549, iniciamos uma série de artigos sobre a atuação da Oposição no setor metalúrgico do ABC. Agora, publicamos a segunda parte.

O acordo traidor de 2001

O novo ataque da montadora Volks não demorou. Em outubro de 2001, meses depois dos trabalhadores terem rejeitado a renovação do acordo de semana de 4 dias, a Volks se reuniu com a burocracia do sindicato para anunciar seu novo plano de “reestruturação”. Muito maior do que o anterior. Além da semana de quatro dias com redução de 15% nos salários, exigia também a demissão de 3 mil metalúrgicos, salários 30% menores para novos contratados, demissão por “baixo desempenho”, terceirização dos setores de fundição, pé de mola, logística, motoristas de testes e aumento de 8,16% no valor do transporte e da alimentação.

A direção sindical não podia aceitar imediatamente o acordo, ficaria muito claro sua política de traição. A posição do sindicato foi a da política de conciliação de classes, tentar amenizar o ataque da patronal, através do diálogo. Não se apoiou na greve para combater totalmente as demissões e a retirada de direitos. Assim, a Volks tomou a ofensiva e enviou cartas de demissões a 3 mil trabalhadores. Diante disso, Luís Marinho, presidente do sindicato, convocou uma assembleia, colocou-se em palavras contra o plano da empresa e decretou a greve. Os operários, em seguida, pularam as catracas e ocuparam a fábrica. Marinho pediu aos trabalhadores que não arrancassem nenhuma flor, nem riscassem nenhum carro da empresa, pois a ocupação teria de ser pacífica. Depois, informou que iria à Alemanha negociar com a direção mundial da multinacional.

O teatro estava armado. Marinho colocou em prática a velha tática pelega de radicalizar no discurso e depois negociar as demissões e retirada de direitos. Com a fábrica ocupada, a Oposição chapa 2 começou a campanha contra o ataque da Volks, rechaçando totalmente o pacote de demissões e retirada de direitos. Frente às demissões, levantou a bandeira da redução da

jornada sem redução de salário. Defendeu a convocação de uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, para unificar a luta contra o ataque da patronal. Explicou que a terceirização e o salário diferenciado, 30% menor para novos contratados, significaria demissão e precarização. Organizou o comando de greve, com os trabalhadores e ativistas que se revezavam, percorrendo a fábrica para impedir os fura greves de trabalhar. Os representantes da chapa 1, ligados à burocracia, quase não ficavam na fábrica, os que ficavam nada organizavam.

A viagem de Marinho para a Alemanha criou expectativa em uma parte dos trabalhadores. Preocupados com a situação, os companheiros se perguntavam: “será que Marinho reverte as demissões?” Não necessitava ser nenhum gênio para saber quais eram os planos da direção e o que fariam. Pelos acordos anteriores, sabíamos que, quando a multinacional anunciava um ataque, as negociações com a burocracia já estavam sempre avançadas. Nesse caso, havia um acordo do sindicato de redução de jornada, com redução de salário, de terceirização e de salários diferenciados. As demissões era o único ponto para o qual eles tentavam encontrar a melhor forma de impor aos trabalhadores. E, desgraçadamente, a encontraram.

Na Alemanha, Marinho fechou o acordo e se comprometeu a defendê-lo. Negociou somente a forma e o tempo em que a Volks faria as demissões. Assim, logo que chegou da Alemanha, Marinho em assembleia informou o acordo que havia negociado e colocou em votação o fim da greve, que durou 3 dias. O fundamental foi que 30% dos trabalhadores, revoltados com o acordo negociado, e entendendo que Marinho já estava do lado da empresa, votaram contra a proposta de colocar fim à greve. Frente a essa resistência e temendo perder o controle da situação, a burocracia ordenou que os operários retornassem ao trabalho, dizendo que os operários não poderiam perder mais dias de salários.

No próximo jornal, continuaremos o relato sobre o acordo traidor da Volks, mostraremos as manobras para aprovar o acordo, a falsa garantia de emprego e o dia da votação.

Manifesto Grito dos excluídos

Abaixo o governo golpista, corrupto e entreguista de Temer!

Por em pé uma Frente Única Anti-imperialista

No dia 07 de setembro, comemora-se a Independência do Brasil. Porém, assistimos à total submissão de nosso país ao imperialismo. As medidas mais recentes do governo golpista e corrupto de Temer são de um profundo entreguismo. O pacote de privatizações e concessões é gigantesco, abrange 57 projetos e estatais, dentre eles a Eletrobrás, aeroportos e até mesmo a casa da moeda. Temer também decretou a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área de 47 mil quilômetros, na Amazônia, rica em cobre, ouro e outros minérios. A sangria e a liquidação de parte da economia nacional se destinam a pagar

os juros e amortizações da dívida pública. Banqueiros e multinacionais serão os únicos beneficiários.

Da mesma forma, os profundos ataques aos trabalhadores e juventude, com a Reforma do Ensino Médio, Lei da terceirização e reforma trabalhista têm como objetivo atender os interesses do grande capital. Seja abrindo ainda mais a Educação para as grandes corporações venderem seus pacotes de ensino a distância, gestão ou desprotegendo a força de trabalho, o que garante uma maior exploração por parte da burguesia nacional e, sobretudo, pelos monopólios que detêm os ramos fundamentais da econo-

Movimentos

mia brasileira. A Reforma da previdência é uma imposição contra a maioria oprimida, que trabalha até a morte, criando imensa riqueza que serve para valorizar o capital.

O conjunto de medidas do governo Temer demonstra o principal motivo que impulsionou o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff. Revela-se por inteiro quais são os interesses do capital financeiro e do imperialismo. Dilma tentava aplicar um ajuste fiscal e tinha também anunciado um pacote de concessões (privatizações disfarçadas), que deveria arrecadar cerca de R\$198 bilhões. Sob seu governo, também avançavam medidas antipopulares. Porém, este governo eleito estava sob a pressão das bases populares e a política de conciliação de classes mostrava seu esgotamento, duramente atingida pelas novas condições abertas pela crise econômica mundial. Assim, por meio de um mecanismo antidemocrático, o impeachment, o voto de 54 milhões de brasileiros foi cassado por um punhado de parlamentares. O governo Temer, com uma popularidade de menos de 5%, se apoia exclusivamente na burguesia, sobretudo no imperialismo. Sua natureza é de uma ditadura civil com a missão de descarregar totalmente o peso da crise nos ombros dos trabalhadores e juventude.

A barbárie social se aprofunda, junto com o aumento do desemprego e miséria, cresce a criminalidade, o extermínio da juventude negra nas periferias, a violência contra a mulher (já são dez estupros coletivos por dia, no país). No campo, a violência reacionária dos latifundiários e madeireiros se soma à ação do Estado, a exemplo do assassinato dos dez posseiros de pau D'Arco pela Polícia Militar do Pará e dos massacres e torturas contra outros camponeses e indígenas. A ação armada vem junto com legislações que garantem a expansão do agronegócio para terras ocupadas por indígenas, quilombolas e camponeses, assim como apontam o aprofundamento da desnacionalização da terra.

A conciliação de classes permanece, mas de forma diferente. Enquanto algumas Centrais Sindicais como a Força Sindical se alinharam desde o início com o golpe e colaboram com Temer, a CUT e CTB, seguindo a política do PT e PCdoB, ajudam o governo ao desarmar o amplo movimento que se projetou na greve geral de 28 de Abril. As massas mostraram a disposição em parar a produção e ir às ruas para derrubar as reformas. Mas as burocracias sindicais deram trégua ao governo. Negociam o retorno de uma contribuição obrigatória para suprir o dinheiro fácil do imposto

“Grito dos excluídos”

Com a participação de cerca de 250 pessoas, pertencentes a movimentos populares, pastorais sociais, partidos (POR, PSTU, PCB, etc.), correntes políticas (MAIS, LSR, etc.) e sindicatos (Intersindical, CSP-Conlutas), realizou-se o tradicional ato do Grito dos Excluídos na Praça da Sé.

A atividade se destacou por colocar a defesa dos direitos e conquistas sociais e a luta contra toda forma de discriminação. Esse conteúdo esteve presente nas intervenções dos oradores das organizações pastorais, que ressaltaram a importância de transformar a bandeira “Por Direito e Democracia, a Luta é Todo Dia” em atos pela defesa dos mais atingidos pela política excludente dos governos, a exemplo dos moradores de rua e da população pobre.

O fundamental, porém, está em que no contexto do mais brutal ataque contra os direitos e conquistas sociais e trabalhistas já realizadas na história do país e encarnadas pela ditadura

sindical, extinto com a reforma trabalhista. Tentam convencer os oprimidos de que a solução para seus problemas está nas urnas, em 2018. Nada mais falso. Das eleições burguesas só pode sair mais um governo burguês. E a burguesia brasileira já mostrou inúmeras vezes que é impotente para romper com o atraso oligárquico e com o imperialismo. Nasceu atrelada a estas forças reacionárias. Mesmo os governos petistas, que prometeram um governo democrático e popular que enfrentaria as “elites” oligárquicas, acabou oligarquizado e submetido ao imperialismo.

É preciso romper o bloqueio da burocracia sindical e por em pé uma frente Única Anti-imperialista. O ponto de partida é a luta pela própria vida dos explorados: pelo emprego, pelos salários, pelos direitos. Pela revogação da Emenda Constitucional do teto dos Gastos, da reforma trabalhista, da lei da terceirização e do Novo Ensino Médio. O movimento dos explorados precisa se erguer como uma sólida barreira contra a aprovação da reforma da previdência. É preciso desencadear a campanha pelo Não pagamento da dívida pública, nem um centavo a mais para os parasitas do capital financeiro. Somado a este plano de lutas, está a defesa da economia nacional, contra o pacote de privatizações e a entrega das riquezas da Amazônia. É necessário que haja a mais ampla democracia operária com as assembleias e comitês em locais de estudo, moradia e trabalho. A tarefa é retomar a greve geral.

Neste 7 de setembro, afirmamos que a conquista da soberania nacional não será obra de nenhum governo burguês, mas sim do governo operário e camponês fruto da revolução proletária. Na luta pelas reivindicações dos explorados, contra o entreguismo, é preciso marchar sob a estratégia de poder própria do proletariado. Abaixo a conciliação de classes. Basta de eleitoralismo.

Retomar a greve geral contra as reformas antinacionais e antipopulares.

Defender os empregos e os salários!

Abaixo o programa de privatização e desnacionalização do governo golpista.

Por uma frente única anti-imperialista!

Abaixo o governo golpista, corrupto e entreguista de Temer!

Por um governo operário e camponês!

na Praça da Sé

civil, a maioria das organizações e movimentos políticos se colocou sob a estratégia democratizante das eleições. Esse conteúdo foi o fio condutor das intervenções da maioria dos oradores das correntes e partidos de esquerda. Quando eram criticados os governos Temer, Alckmin e Doria, a saída eleitoral era mascarada pelo verbalismo radical (“Fora Temer!”, “temos de tirar esses governos daí”, etc.) e pela convocação em abstrato da luta nas ruas (“greve geral para derrotar as reformas”, etc.).

Ocorre que as correntes e movimentos não se colocaram de fato pela organização da luta direta, pela retomada da greve geral como a única via para derrotar as reformas antinacional e antipopular e as medidas privatizantes do governo golpista. Tratou-se de um ato sem a presença da classe operária e dos explorados em geral. Cabe denunciar a política divisionista do PT, CUT, MTST, Frente Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular que decidiram convocar outro ato na Av. Paulista, com objetivos eleitorais.

O Partido Operário Revolucionário se colocou pela defesa da estratégia, do método e da tática da luta de classes, que de fato podem projetar a luta dos explorados para derrotar e pôr abaixo o governo golpista e suas reformas antinacional e antipopular. Interveio distribuído o manifesto (publicado neste jornal), que defende a necessidade de retomar a greve geral para defender os empregos e salários e barrar o programa de privatização e desnacionalização do governo golpista. E destacou a importância de uma frente única anti-imperialista e con-

Ato Dia dos Excluídos na Paulista

O dia da Independência é marcado pelas manifestações dos movimentos sociais, como o dia de luta dos excluídos. Em São Paulo, tradicionalmente, é convocado o ato na Praça da Sé. Mas, numa política divisionista, a CUT convocou os movimentos para um ato na Paulista, que se encerrou no Monumento das Bandeiras (Ibirapuera), sob a bandeira de “Por Direitos e Democracia, a Luta é Todo Dia!”, com aproximadamente 15 mil pessoas.

Participaram os movimentos: Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM); MTST; Centro de Movimentos Populares (CMP); União Nacional por Moradia Popular; Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG); CTB; Levante Popular da Juventude. Chamou atenção a ausência de bandeiras dos partidos, apresentando-se apenas como movimentos sociais. As bandeiras levantadas foram: “Fora Temer”, “Diretas Já”, “Fora Dória”; “Eleição de Lula em 2018”. Deputado Zarattini (PT) denunciou os ataques do governo Temer como parte do golpe e que a resposta a isso deve ser a defesa da democracia - “pelo direito do povo votar”, “pela candidatura de Lula 2018 - eleição sem Lula é fraude”.

A CUT lançou uma campanha com abaixo-assinado (por 1 milhão e meio de assinaturas) pelo “Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela revogação da Reforma trabalhista e de Terceirização”. Esta campanha é apontada pela CUT como o meio de retomar a luta neste segundo semestre, para “dialogar” com a

Grito dos excluídos no Ceará

A 23ª edição do grito dos excluídos em Fortaleza ocorreu na manhã do dia 07/09 e contou com mais de 2 mil participantes. O ato foi organizado pelas pastorais, sindicatos e movimentos sociais com concentração na Vila do Mar, no bairro Colônia, seguindo dali, em passeata, até o marco zero da cidade, na Barra do Ceará. O feriadão (os governos resolveram emendar a sexta), a pouca divulgação, o boicote da Conlutas e Frente Povo sem Medo e até o local escolhido para o ato, contribuíram para que o Grito dos Excluídos não se potenciasse como um grande choque dos oprimidos contra o governo golpista e suas reformas malditas.

A manifestação esteve sob a bandeira do “Fora Temer, nenhum direito a menos”, que significa buscar uma solução para a crise política e econômica do Brasil nos limites da democracia burguesa (eleições, respeito às instituições, etc.). O POR esteve presente panfletando seu manifesto nacional e formando um pequeno bloco revolucionário. Interveio com palavras de ordem em defesa da frente única, do não pagamento da dívida interna, da derrubada de Temer e suas reformas pela ação direta e da constituição de um governo operário-camponês.

Chamou atenção a ausência do PSTU/Conlutas e das orga-

vocou os explorados a se organizarem ao redor do programa da revolução e ditadura proletária e pela defesa do governo operário e camponês, em oposição às saídas democratizantes e eleitoralistas que desviam às massas de sua estratégia própria de poder. O orador do POR chamou ainda os presentes a não confiarem nas saídas democratizantes para a crise e enfatizou a necessidade dos explorados defenderem seus métodos próprios de luta para pôr abaixo o governo golpista e suas reformas antinacional e antipopular.

base. O dia 14 de setembro, como um dia de mobilização nacional, foi apenas citado, e a construção de uma greve geral (sem data marcada) foi cogitada, caso o governo não recue nas reformas via projeto de revogação. Ou seja, o governo Temer avança violentamente contra os explorados, com a Lei de Terceirização e Reforma Trabalhista que nos transforma em escravos “modernos”, aumento do desemprego e do custo de vida, entrega das empresas nacionais para o capital financeiro, e a maior central sindical convoca os movimentos sociais a coletarem assinatura e mais uma vez confiar no putrefato parlamento burguês.

A história das conquistas da classe operária já deixou claro que a negociação que a burguesia entende é quando os explorados param a economia, com greves, piquetes, ocupações de fábricas e de grandes avenidas. É um crime ludibriar a classe operária a se curvar como carneirinho para o parlamento clamando pela revogação da Reforma Trabalhista. É um crime alimentar ilusões eleitoralistas quando as massas mostram disposição de luta direta, como ocorreu com a greve geral de 28 de abril. A tarefa que se coloca para enfrentar o governo golpista e suas reformas antinacionais e antipopulares é a da retomada da greve geral. Isso implica convocar assembleias, constituir os comitês de luta nos locais de trabalho e estudo e organizar a maioria oprimida para pôr abaixo o governo e suas reformas reacionárias. Esse foi o conteúdo do manifesto distribuído pelo POR nesse ato.

nizações da Frente Povo Sem Medo, tais como o MTST, o MAIS, etc. assim como a presença apenas parcial do PSOL. Estas correntes, que estão todas sob a bandeira eleitoral do “Fora Temer”, se empenham, por um lado, em construir, acertadamente, o dia nacional de lutas para 14 de setembro. Por outro, cometem o erro de fraturarem o Grito dos Excluídos, ao invés de atuarem nele com um bloco próprio, diferenciado do PT-CUT, que está afundado na corrupção e colaboração de classe com a burguesia. Mostram, com isso, apenas sua impotência para defender a frente única sindical e arrancar as massas da influência nefasta do lulo-petismo.

Os últimos acontecimentos da crise política nacional, o amplo pacote de privatizações e desnacionalizações, a preparação para a destruição da previdência pública, os escândalos das quadrilhas burguesas, mostram a necessidade dos oprimidos saírem às ruas com uma política independente, de defesa das suas condições de vida. É imperativo, portanto, a retomada da greve geral, bloqueada pela CUT/CTB, etc., assim como a organização de plenárias sindicais e comitês de luta em todos os lugares para pôr de pé os trabalhadores e a juventude pobre.

Grito Dos Excluídos em Rondônia

Desde que o PT iniciou a campanha para chegar ao poder, o “GRITO DOS EXCLUÍDOS” foi removido de uma das principais avenidas de Porto Velho. O Grito era uma grande frente de resistência (operários, camponeses, estudantes e demais explorados), da qual a militância do Partido Operário Revolucionário (POR) compartilhava, na organização e ação. Agora, depois do impeachment de Dilma e as acusações que pesam sobre Lula, resolveram comparecer novamente à avenida, com algumas dezenas de pessoas. É, pois, é incomparável ao grande contingente de milhares que compareciam à avenida e demonstravam disposição de resistência à pobreza, à fome, à violência contra os camponeses e indígenas.

Esse ano, pela segunda vez, as pastorais, o PT, CUT e Frente Brasil Popular tentaram arregimentar as massas para a avenida, pura e simplesmente para preparar a campanha eleitoral de 2018. Apesar de meses de preparação, o comparecimento no ato em sua maioria eram as burocracias dessas organizações. O número era de aproximadamente 100 pessoas, que gritaram as bandeiras “Fora Temer e eleições”.

7 de setembro, Manifesto do Comitê Popular de Lutas em Defesa do Socialismo dedicado aos Trabalhadores e a juventude oprimida

O POR interveio no grito com o manifesto nacional e com o do Comitê de Luta em Defesa do Socialismo, mostrando a necessidade da frente única anti-imperialista para derrotar o governo golpista e as medidas antinacionais e antipopulares de Temer e contra a intervenção do imperialismo em toda parte.

Por meio do Comitê, dedica um “Manifesto aos trabalhadores e a juventude oprimida do Estado de Rondônia” com as seguintes defesas:

Este 7 de setembro de 2017 deve ser um dia de denúncia de que o Brasil precisa ainda declarar a sua independência e conquistar sua soberania, o que só será possível com a conquista da libertação de todos os explorados do jugo da burguesia, para que os operários, na unidade com os camponeses e demais explorados, conquistem a independência nacional.

Combater a reforma antinacional e antipopular do governo golpista Michel Temer/PMDB/imperialismo nas ruas e com ações diretas (as greves, manifestações e ocupações). Para enfrentar as demissões, o desemprego local, regional e nacional, é preciso unificar em um só movimento a luta dos operários, camponeses, juventude e demais oprimidos. Não existe outro caminho para pôr abaixo o governo Michel Temer, usurpador de trabalhadores e entreguista de nossas riquezas aos burgueses nacionais e internacionais (imperialismo).

O compromisso dos partidos que derrubaram o governo de Dilma Rousseff foi o de aplicar um violento programa de ajuste fiscal e de reacionárias medidas antinacionais e antipopulares. As reformas da previdência e a trabalhista atacam de conjunto os assalariados e demais oprimidos.

O governo golpista encontrou campo livre com a burocratização dos movimentos sociais (estudantil, dos trabalhadores e dos oprimidos), dos sindicatos e centrais sindicais. A disputa interburguesa prossegue para saber quem vai ser o próximo opressor no topo do poder nacional (presidência da república), os abutres de trabalhadores, parasitas do capitalismo se engalfinham para ocupar o poder político e se protegerem da insurreição geral dos explorados em aliança de classe contra os exploradores.

Sem por em pé uma poderosa frente de luta anti-imperialista

e anticapitalista é impossível barrar os ataques do programa do PMDB “Ponte para o Futuro”.(...)

Tribunal popular para julgar e punir os crimes cometidos pelos patrões e governos capitalistas – punição para os patrões dos mais de 300 operários do frigorífico Minerva em Rondônia

Em Rondônia, neste 7 de setembro de 2017, além do crime de classe imposto pelas medidas do governo Temer sobre os explorados, acumulam-se os motivos para os explorados ganharem as ruas, denunciar e mostrar a necessidade de levantar as Assembleias Populares e deliberar a abertura de um Tribunal Popular para indicar a punição do crime cometido contra mais de 300 operários do frigorífico Minerva, em Rolim de Moura. O Frigorífico Minerva é considerado um dos maiores fornecedores de carne e, quanto maior a riqueza, maior a opressão sobre quem a produz. A abertura do Tribunal Popular poderá levar a cabo a exigência de medidas de proteção aos trabalhadores, condições de vida e trabalho, julgar e punir mais um crime de classe sobre os operários no Estado. O referido frigorífico está registrado na história das relações de trabalho do país, como uma criminalidade das mais brutais sobre os seus operários, além dos outros crimes que os enlameiam metidos na corrupção que assolam a política burguesa.

Segundo a mídia local, as investigações e laudos médicos têm constatado que o adoecimento dos operários foi acarretado por intoxicação alimentar de comidas servidas pelo frigorífico em expediente de trabalho. A imprensa de outros estados tem noticiado que o fato se repetiu da mesma forma com operários intoxicados apresentando os mesmos sintomas de diarreia, vômitos e febre em outros Estados do país.

Para proteger os capitalistas, a imprensa apresenta notícias tímidas, dispersas, que ficam limitadas mais às redes sociais. Os filhos dos operários chegam à escola se queixando do estado de saúde de familiares e amigos que se internaram às pressas com o famigerado sintoma de envenenamento pelo alimento oferecido aos operários nos postos de trabalho, havendo também casos de óbitos de operários que se intoxicaram, mas camuflam-se os motivos. A unidade do frigorífico de Rolim de Moura na Zona da Mata de Rondônia é parte do complexo nacional que já foi multado por vazamento de amônia na cidade de Campinas, em São Paulo. Tal denúncia e apuração em São Paulo constatam que a empresa não realiza o controle de vazamentos de amônia, gás tóxico que pode levar à morte os operários e afetados em decorrência da sua omissão.

Sabemos que a burguesia e seus governos se protegem de qualquer levante dos trabalhadores, mas, sem a organização dos explorados, eles se sentem livres e fortes porque os trabalhadores se encontram desorganizados.

Vencer o governo entreguista antinacional e antipopular e Organizar os Tribunais Populares para condenar e Punir os Crimes da burguesia (...)

ABAIXO o governo golpista de “TEMER” e sua camarilha enlameada na corrupção e todo tipo de crime de classe sobre as massas.

Criar as Assembleias e Tribunais Populares, punir os corruptos e todo crime de classe!

Punir os burgueses proprietários do Frigorífico Minerva! A independência nacional se dará com a independência de classe que virá pela destruição do capitalismo e construção do Socialismo.

Rondônia / Greve dos trabalhadores da educação do município de Porto Velho

No dia 6/09, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero) chamou uma assembleia dos servidores municipais de Porto Velho. A direção do sindicato apresentou a resposta indecente de reajuste, que vinha sendo embromado pelo prefeito desde início do ano com o aval da burocracia sindical. Só agora, se aproximando o final do ano, apresentou um reajuste 3,51%, dividido em três anos. A resposta não poderia ser outra senão a da greve.

Mesmo com a proposta indecente do prefeito, a burocracia tentou manobrar. Defendeu que a greve só iniciasse no

dia 18. Os trabalhadores rejeitaram. Mas procurou a via da legalidade burguesa. Convenceu a maioria dos presentes que era necessário iniciar a greve no dia 14, para atender a Justiça, que exige que a greve seja comunicada 72 horas antes.

A Corrente Proletária interveio mostrando a necessidade da greve por tempo indeterminado para quebrar a ofensiva do prefeito. Mas era preciso uma greve ativa. Para isso, era fundamental organizar os comandos de greve, conquistar o apoio dos estudantes e dos pais e realizar manifestações de rua.

Projeto Escola Sem Partido é aprovado em Campinas

No dia 4 de agosto, foi aprovado, na Câmara de Vereadores de Campinas, o projeto Escola Sem Partido (ESP), do vereador tenente Santini (PSD). A votação contou com 24 votos favoráveis ao projeto e 5 contrários. O ESP volta para a Câmara nesta semana para uma nova votação.

Muitos argumentos têm sido levantados por quem se coloca contra o ESP. Dois pontos merecem destaque e se ausentam da maioria das intervenções das organizações de esquerda que criticam o projeto, são eles:

1. As bases materiais nas quais se assenta o projeto: A crise econômica mundial do capitalismo iniciada em 2008 abriu espaço para o crescimento do reacionarismo, conservadorismo e de tendências fascizantes, que antes apareciam adormecidas. No Brasil, a crise chega alguns anos depois e potencia a crise política. O golpe institucional, a ditadura civil implantada e as reformas antinacionais e antipopulares são os expoentes desta crise. A resposta dos oprimidos veio com força e no campo da educação teve seu ápice em 2015, com greves de professores em vários cantos do país e na sequência ocupações de escolas pelos estudantes em SP, GO, CE, RJ, RS, PR, entre outros estados. Desta forma, é sobre essas bases

materiais que o projeto Escola Sem Partido se assenta. Uma clara tentativa de calar a vanguarda, que vem resistindo às reformas do governo golpista.

2. A falácia da doutrinação de esquerda nas escolas públicas: o ESP superestima os discursos em sala de aula e se esquece que as bases materiais e concretas que formam os estudantes e professores criticamente são sentidas na pele dos oprimidos todos os dias, é a fome, a miséria, o salário risível, a violência nas periferias, a falta de emprego, a ausência de perspectiva dos jovens, as mortes nas mãos da polícia, etc. São estas as condições concretas que formam os jovens e os impulsionam para a luta.

A Corrente Proletária defende que a luta contra a ESP deve ser nas ruas, massiva e classista. Não será possível derrotar esse projeto reacionário com tentativas parlamentares. É com os métodos próprios da classe operária, greves, mobilizações e ação direta que podemos barrar mais este retrocesso. Daí a importância dos grêmios estudantis, as assembleias unitárias de professores, pais e estudantes. Nesse sentido, é preciso que a Apeoesp e outros sindicatos, vinculados à educação, organizem a resistência coletiva para pôr abaixo mais um projeto fascizante.

Sinpeem - Professores Municipais de São Paulo

Direção majoritária do SINPEEM aprofunda o seu atrelamento ao governo Dória/PSDB

Aconteceram nos dias 17 e 23 de agosto as reuniões de Representantes de Escola e do Conselho, respectivamente, do SINPEEM. Os informes foram dominados pelo avanço dos governos sobre os direitos dos trabalhadores e da população em geral. De um lado, Temer, com a Reforma da Previdência; de outro, Dória, com suas medidas privatistas e de sucateamento dos serviços públicos. A mesmo tempo, na contramão das necessidades da categoria, as reuniões contaram com uma maior restrição burocrática por parte da direção do sindicato em relação ao debate interno. Outro aspecto que chamou a atenção foi o fato de Cláudio Fonseca ter sido flagrado em um jantar da base aliada com o prefeito (Fonseca é vereador de São Paulo pelo PPS).

Sobre a Reforma Previdenciária, há um precedente perigoso. A categoria viu a sua greve do primeiro semestre ser des-

montada com o argumento de “acumular forças” para enfrentar as reformas mais adiante, quando estas fossem à votação no Parlamento. A Corrente Proletária alertou que esse seria o caminho da derrota, que os trabalhadores deveriam confiar unicamente em suas próprias forças e jamais abandonar a via da ação direta em troca de promessas vazias e de confiança nos deputados e senadores, apodrecidos na política burguesa.

Pois bem, a greve foi encerrada, assim como foi feito em outras categorias, com argumentos similares. As centrais, que temiam um levante dos oprimidos, ficaram com as mãos mais livres para a traição. Dito e feito: quando a Reforma Trabalhista foi aprovada no Senado, não havia um ônibus sequer do SINPEEM em Brasília. Um silêncio criminoso, que revela o teor da manobra meses antes, de afogar as tendências de luta desde as bases.

Agora a história se repete... como farsa, claro! Cláudio Fonseca tem discursado afirmando que a Reforma da Previdência não passa, que o governo não reúne os votos necessários para aprová-la. É a mesma cascata de acreditar nos abutres, que todos sabem, só se movimentam por dinheiro. Se hoje colocam defeitos na Reforma, é só para valorizar mais os seus votos. É para ver se conseguem mordiscar uma grana a mais. E o presidente do sindicato chama a confiar nessa gente!

É claro, basta lembrar que o relator da Reforma da Previdência, Arthur Maia, é do mesmo partido do Cláudio. O mesmo raciocínio vale para os problemas municipais: Dória baixou um decreto que endurece o estágio probatório, aumentando a possibilidade de exoneração. Paralelamente, vem piorando a qualidade da merenda escolar. Fonseca procurou suavizar ambas as questões, aceitando na prática o decreto sobre o probatório e dizendo que segurança alimentar não deve ser responsabilidade da escola.

Como se vê, é flagrante o quanto a independência do sindicato está comprometida: esta direção atua como correia de transmissão dos interesses do governo no interior da entidade. No primeiro caso, do probatório, nega-se a defender o princípio da estabilidade (mesmo equívoco cometido em relação ao problema do desemprego dos professores contratados); no segundo, da merenda, faz um malabarismo retórico para dificultar que se enxergue o óbvio, que é o corte de recursos. Lem-

Considerações sobre o 6º Congresso do PSOL

No Jornal Massas 549, comentamos os seguintes aspectos: a estrutura federativa do partido; o partido de filiação e a tese geral de “uma alternativa de esquerda”, que comparece em praticamente todas as resoluções. Damos, agora, sequência sobre aspectos da conjuntura mundial.

A tese da Unidade Socialista (US) se destaca pelo fato de representar a posição majoritária, que dirigiu o partido entre o 5º e 6º congressos. Em princípio, é responsável pelas diretrizes do partido diante dos grandes acontecimentos. O período de dezembro de 2015, quando se realizou o 5º congresso, até o presente momento foi extraordinariamente rico em acontecimentos mundiais. Evidenciaram a continuidade da crise aberta em 2008.

A decomposição do capitalismo se reflete na destruição massiva de forças produtivas. De um lado, a onda de demissão mundial, a elevação do desemprego e a eliminação de antigas conquistas do proletariado; de outro, as guerras e o intervencionismo das potências no Oriente Médio, Ásia e África, que resultam na crise da imigração.

A luta de classes se projeta em toda a parte. As greves gerais começam a aparecer como um método necessário capaz de reunir a força dos explorados contra a prepotência patronal e a de seus governos. Assinala-se a importância da greve geral na França contra as reformas reacionárias. Em meio a choques de tais proporções, recrudescer a ação terrorista das jihads islâmicas, atingindo as principais potências que intervêm e promovem a barbárie em várias partes dos continentes.

É nesse quadro que a direita fascizante procura se potenciar. O que ocorre sob a decadência dos governos socialdemocratas e de direita liberal. Ao mesmo tempo, despontam corren-

brando que tudo ocorreu na mesma semana em que explodiu o escândalo das crianças que eram marcadas na mão com canetão, para não repetirem a merenda.

E a coisa fica pior: um observador distante pode achar que tais temas, dada a gravidade, tenham sido amplamente discutidos nas instâncias do sindicato, justamente pela polêmica no tratamento dispensado pela direção. Mas, esta resolveu o incômodo como qualquer camarilha burocrática: limitou o debate. Não aceita ouvir críticas. Não queria que ecoasse a denúncia de sua participação no jantar com Dória. Utilizou duas palestras distracionistas, uma em cada fórum (RE e Conselho), para justificar o reduzidíssimo tempo para as intervenções do plenário.

Essas experiências revelam a importância de lutar por uma nova direção, classista e revolucionária. É errada a visão de que, encerradas as eleições, deve-se abandonar o campo de disputa. Não, o caminho a trilhar deve ser outro: a da luta implacável para que os trabalhadores rompam a camisa-de-força burocrática, a qual os impede de avançar na defesa de seus interesses de classe. A Corrente Proletária na Educação segue firme na tarefa de constituir uma fração revolucionária no SINPEEM, capaz de derrotar a política conciliadora da atual diretoria majoritária. Defende, para isso, que se faça a ponte entre as reivindicações mais elementares com a estratégia da revolução social.

tes de esquerda eleitoral pequeno-burguesas, principalmente na Europa. Na América Latina, governos nacionalistas ou nacional-desenvolvimentistas, que se colocam à esquerda no espectro da política burguesa, entram em crise, distanciam-se de suas bases populares e se esgotam. Caem por meio de golpes institucionais, abrem caminho para a direita burguesa eleitoral ou agonizam em meio ao recrudescimento da luta de classes. A decomposição social do capitalismo põe às claras todo tipo de opressão social, o que impulsiona movimentos que se chocam com as tendências fascizantes, a direita burguesa e a violência do Estado.

Recorremos a essa síntese porque todos esses acontecimentos e aspectos comparecem nas teses do 6º Congresso do PSOL, mas de maneira fragmentada e arranjada de acordo com a ótica pré-concebida das correntes. Nenhuma tese sistematiza o quadro da crise mundial. Não revelam as leis econômicas e históricas que repuseram a crise mundial no patamar mais alto depois da Segunda Guerra. Limitam-se a descrever seletivamente alguns acontecimentos, via-de-regra para priorizar as manifestações contra as opressões aos negros, mulheres e homossexuais. Colocam atenção, sobretudo, às aspirações da pequena burguesia oprimida e no seu comportamento político. Não por acaso, dão enorme peso a fenômenos do tipo Syriza, Podemos, Bloco de Esquerda, e, em alguns casos, até mesmo a Bernie Sanders, nos Estados Unidos.

Esse aspecto comum, evidentemente resguardando as diferenças, leva à explicação de que a crise não apenas tem desencadeado movimentos de direita como também de esquerda. É nesse choque que se conclui que as massas estão procurando uma “alternativa de esquerda”, a exemplo do Syriza, Podemos,

etc. Ocorre que veem o deslocamento eleitoral à esquerda de uma parcela das massas como indicação de um curso estratégico. A importância dessa conclusão, embora completamente limitada e deformada, está em que no Brasil também ocorreria o mesmo fenômeno. O PSOL tem grandes chances, segundo as teses, de ocupar um lugar estratégico na crise nacional, constituindo-se na “alternativa de esquerda”, conceito esse que pode vir acompanhado dos qualificativos de “dos trabalhadores”, “socialista” ou “revolucionária”.

Essa subordinação da análise da situação internacional e nacional à diretriz de uma alternativa de esquerda eleitoral faz com que as inúmeras correntes que se apresentarão com teses no 6º Congresso do PSOL deixem de procurar no proletariado a força social revolucionária no seio da crise capitalista. Não por acaso, as teses desconhecem a importância da greve geral na França para a evolução do combate das massas à burguesia e seus governos. Dão enorme importância às reações pela esquerda da pequena burguesia, que sem dúvida devem ser consideradas como parte da luta de classes. As teses, porém, fazem fetiche de movimentos como “Occupy...”, “Indignados”, “Nenhuma a menos”, “Primavera das mulheres”, etc., desvinculando-os das lutas operárias e ajustando-os à tese da “alternativa de esquerda”.

Na América Latina, estão obrigados a reconhecer a falência de governos considerados progressistas, como os de Lula e Maduro. Neste ponto, as correntes se mostram erráticas. Como se posicionar diante da crise venezuelana? As respostas são múltiplas e desencontradas. Os extremos vão do apoio ao chavismo à condenação. Entre esses dois polos, há teses que procuram criticar a meias-tintas. Evidentemente, aqueles que o defendem se mostram recatados diante das peripécias de Maduro para manter em pé seu governo. A repressão contra os manifestantes e as mortes são apresentadas por aqueles que condenam o governo venezuelano.

PT

Crítica ao Plano Popular de Emergência – parte 4

No Jornal Massas 547, iniciamos a crítica sobre o Plano Popular de Emergência, publicado em 19 de maio de 2017. Na primeira parte, comentamos a introdução do documento e a segunda, Massas 548, a “Democratização do Estado”. Na terceira, Massas 549, analisamos a “Política de Desenvolvimento, Emprego e Renda”. Agora, trataremos do ponto III “Reforma Agrária e Agricultura Familiar”.

O Plano Popular de Emergência não dá um passo à frente nas posições do PT e do MST, que o segue. Diz que é preciso retomar a “desapropriação dos latifúndios improdutivos”. Basta este objetivo limitado ao critério que distingue as terras produtivas das improdutivas para se ter uma política de Estado que preserva a estrutura latifundiária e o processo de crescente concentração da propriedade agrária.

Essa subordinação da análise da situação internacional e nacional à diretriz de uma alternativa de esquerda eleitoral faz com que as inúmeras correntes que se apresentarão com teses no 6º Congresso do PSOL deixem de procurar no proletariado a força social revolucionária no seio da crise capitalista. Não por acaso, as teses desconhecem a importância da greve geral na França para a evolução do combate das massas à burguesia e seus governos.

Nota-se a superficialidade descritiva de como é tratada a luta de classes na Venezuela e a decomposição do regime chavista. No fundamental, nenhuma das teses demonstra historicamente a falência do nacionalismo burguês. Uma das teses maneja sem nenhum critério a caracterização de que na Venezuela, distintamente de outras partes, o governo de Chávez expressou o “nacionalismo revolucionário”. E que seu erro foi o de não o aprofundar no sentido “socialista”. De forma semelhante, outra tese utiliza o conceito de “alternativa bolivariana”, que fracassou por não ter sido “capaz de desenvolver alternativas que possam levar à revolução socialista”. É visível o desencanto daqueles que puseram fé no governo nacionalista.

Todas as teses, sem exceção, evitam determinar o conteúdo de classe do nacionalismo e, em particular, do governo chavista. O que se estende às demais variantes do nacional-reformismo. O nacionalismo é uma variante histórica da política burguesa. O governo pequeno burguês mais radical, como é o caso do chavismo, em última instância, expressa os interesses gerais da burguesia. Ao se desconsiderar ou ocultar a origem de classe do nacionalismo, de uma maneira ou de outra, se adapta a ele. De outro lado, em determinadas condições, o

nacionalismo nas semicolônias é combatido mais ou menos frontalmente pelo imperialismo. É o que se passou e se passa na Venezuela. Sem que o proletariado esteja organizado em seu partido, não é possível travar a luta anti-imperialista para superar o nacionalismo burguês e impulsionar a revolução proletária. De maneira que as teses, no fundo, ou expressam a adaptação ao nacionalismo burguês, ou ao imperialismo. Sem dúvida, a Venezuela exige a resposta do ponto de vista do internacionalismo proletário. No entanto, nenhuma das teses se dedica a demonstrar que o problema da nossa época é a crise de direção revolucionária.

No próximo Massas trataremos da situação nacional.

saram. A explicação se deve à impossibilidade de a burguesia cortar em sua própria carne, ou seja, agir contra os interesses arraigados de sua fração oligárquica. O que corresponde à forma e ao conteúdo econômico da formação colonial agroexportadora, que continuou a prevalecer nas etapas posteriores do desenvolvimento capitalista.

Os defensores da reforma agrária a conceberam como parte de um programa nacionalista, ou nacional-desenvolvimentista. Caberia à fração burguesa tida como progressista, industrializante, conter a voracidade e o arcaísmo do latifúndio. Seria positivo para o mercado interno permitir o acesso das massas camponesas às terras improdutivas. O latifúndio, portanto, comparecia como sinônimo de improdutividade e a reforma agrária como de produtividade. Como parte desse problema, colocava-se a necessidade de resolver a brutal miséria e pobreza dos camponeses.

Certamente, a luta de classes no campo tendia a se agravar conforme avançasse a exploração capitalista. A resistência camponesa ao domínio latifundiário está na origem de nossa história social, que despontou já na escravatura. É nos anos de 1950 e 1960, porém, que a reforma agrária foi encarnada na forma de um movimento politicamente organizado, marcado principalmente pelas Ligas Camponesas. É quando se manifestam claramente as limitações da reforma agrária como produto do nacionalismo burguês.

As ilusões nas “Reformas de Base” de João Goulart, para as quais muito contribuíram o Partido Comunista Brasileiro e o nacionalismo pequeno burguês, foram o ponto alto do reformismo e que concluíram com uma trágica queda. A tese das “Reformas de Base” foi permeada pela avaliação de que o problema agrário se circunscrevia ao latifúndio improdutivo. A ditadura militar de 1964, por contraditório que pareça, formulou a questão agrária na forma do “Estatuto da Terra” (Lei 4504, de 30 de novembro de 1964). Procurou responder, de um lado, às pressões da luta camponesa, embora tivesse esmagado os movimentos organizados no campo e, de outro, atender à estratégia imperialista da “Aliança para o Progresso”, voltada a combater a Revolução Cubana. No centro do “Estatuto da Terra” estava a reforma agrária que deveria tornar as terras improdutivas em produtivas. Nunca foi aplicado e o processo de concentração da propriedade avançou.

O MST reatou o elo das Ligas Camponesas no fim da ditadura militar, na década de 1980, sem romper com a base do nacionalismo burguês. De forma que acabou assimilando e se adaptando às diretrizes da “reforma agrária” nas terras improdutivas, realizada por meio das desapropriações com indenizações e sob a forma de assentamentos. Em sua primeira etapa, jogou um papel progressivo da luta de classes no campo, organizando as ocupações de terra. Numa segunda etapa, regrediu, passando a depender da política dos governos do PT. É nesse momento que sua estratégia de movimento pe-

queno burguês se evidencia. O PT compareceu como a possibilidade de constituir um governo “democrático e popular”. Avivaram as ilusões nacionalistas.

No governo Lula, obteve-se um número maior de assentamentos que os realizados por Fernando Henrique Cardoso. Já no seu segundo mandato, as desapropriações por indenizações e os assentamentos começaram a declinar e, no governo Dilma, caíram de vez.

O governo golpista de Temer imediatamente editou uma Medida Provisória que permite a venda das terras que servem aos assentamentos. A tendência da economia agrária em nosso país é de avanço do agronegócio e, assim, da desnacionalização das terras. Ao contrário do campesinato ganhar maior autonomia econômica e social, se tornará mais dependente do grande capital.

O avanço do capitalismo no campo, nos últimos tempos, provocou importantes alterações. Proletarizou parte do campesinato e elevou as relações capitalistas de produção, deixando muito atrás as antigas formas pré-capitalistas camponesas. É claro que seu peso ainda é significativo em regiões como a do Nordeste.

A luta pela terra obrigatoriamente exige que os pobres do campo se coloquem sob a estratégia do governo operário e camponês, que é a forma governamental da ditadura de classe do proletariado. De forma que a reforma agrária será um subproduto da revolução proletária. Ou o proletariado e camponeses unidos caminham para a revolução agrária, ou a reforma agrária jamais ocorrerá.

A reforma agrária somente pode ser concebida como parte do programa de expropriação geral da burguesia agroindustrial e latifundiária e a nacionalização integral das terras. O que exige o entroncamento do movimento camponês com o movimento operário. Trata-se de constituir a aliança operária e camponesa. A luta pela terra obrigatoriamente exige que os pobres do campo se coloquem sob a estratégia do governo operário e camponês, que é a forma governamental da ditadura de classe do proletariado. De forma que a reforma agrária será um subproduto da revolução proletária. Ou o proletariado e camponeses unidos caminham para a revolução agrária, ou a reforma agrária jamais ocorrerá.

O Plano Popular de Emergência repete as velharias nacionalistas, para justificar o retorno do PT e Lula ao poder do Estado. Os petistas, quando estavam no governo, sequer foram capazes de fazer a “revisão dos índices de produtividade”. Agora, a levantam como bandeira, para justificar a reforma agrária via desapropriação com indenização. O mesmo podemos falar sobre o item 22, que advoga a “desapropriação das fazendas em dívida irregular com a União e bancos públicos ...”. Chega-se ao cinismo de pretender a “implementação do Plano Nacional de Erradicação de Agrotóxicos (PRONARA) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), quando os governos petistas cederam às pressões do agronegócio em torno dos transgênicos e da mudança no Código Florestal. Os criadores do Plano Popular de Emergência, vinculados à Frente Brasil Popular, não têm mais para onde ir depois do esgotamento dos governos petistas. Não fazem senão requestrar a esperança de promover pequenas reformas no capitalismo em decomposição.

Nesta edição:

- Curso de formação permanente na USP: 4º Encontro estuda o Manifesto Comunista e a Revolução Russa.
- 100 Anos da Revolução Russa: Nossa exposição no ciclo de debates da Apropuc.
- Assimilando o leninismo: Lenin estrategista.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Colômbia**

Crítica programática ao novo partido que substitui as FARC

Reproduzimos abaixo uma exposição crítica sobre o documento discutido pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que serve de base para sua transformação em partido legal. Trata-se de uma contribuição da seção Argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Por motivo de espaço, editaremos em duas partes. Seguiremos a lógica do artigo, que também consta de duas partes: 1) o partido marxista-leninista; 2) o partido dos trabalhadores. Por coincidência, o artigo foi escrito pouco antes da visita do Papa à Colômbia. Publicamos, aqui no Brasil, o artigo do POR argentino justamente no momento em que o Pontífice percorre as ruas de Bogotá e os jornais o coroam como o grande mediador espiritual da deposição das armas pelas FARC, sua integração na legalidade como partido político.

A propaganda burguesa aproveitou para relatar a importância do Vaticano no reatamento das relações entre Estados Unidos e Cuba. Tudo indica que a projeção política de sua visita à Colômbia é dirigida à Venezuela. Neste país vizinho da Colômbia, fracassou a tentativa do Pontificado de conciliar os interesses da oposição pró-imperialista e do governo nacionalista. Neste caso, a tal da “reconciliação” e da “paz” resultariam na entrega do poder às forças reacionárias, apoiadas pelos Estados Unidos e pelos governos latino-americanos mais obscurantistas. Em Cuba, a “reconciliação” significa avançar a restauração capitalis-

ta e abrir caminho para a atuação do imperialismo por cima do Estado cubano. Na Colômbia, a “reconciliação” resultou no fim da guerrilha e na submissão das FARC aos ditames do Estado burguês, sanguinário e instrumento da política norte-americana na América Latina.

No momento em que os ex guerrilheiros se transformam em Força Alternativa Revolucionária do Comum, o Papa e o governo de Juan Manuel Santos fazem uma ofensiva propagandística para colocar as FARC como responsáveis pelas mortandades e desaparecimentos nos 54 anos de confronto armado. Em Villavieja, para onde serão arrematadas milhares de “vítimas”, ocorrerá a beatificação de um bispo morto em 1989 pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). E, certamente, a guerrilha será condenada. Não estará presente a responsabilidade da Igreja que atuou ao lado do governo opressor e agente do imperialismo.

Como se vê, não se trata de uma festa de “reconciliação” e “paz”, mas sim da deposição das armas e da capitulação definitiva das FARC. É com essa marca que o partido Força Alternativa Revolucionária do Comum surge impotente e castrada para a luta dos explorados e para a revolução social. Esse é o sentido essencial da crítica programática da seção Argentina do Comitê de Enlace.

Fora o Papa, agente do imperialismo, da Colômbia e da América Latina!

Organizar o partido revolucionário do proletariado!

O partido político da FARC e suas “Teses de Abril”

O diário *El Espectador* da Colômbia publicou um artigo com referências ao documento denominado, com pretensão, de “Teses de Abril”, fazendo uma clara referência às famosas teses de Lênin de 1917. Também foi publicado um artigo semelhante no jornal argentino, pág.12.

É importante conseguir o texto completo para se realizar uma crítica precisa de todas as suas formulações. No entanto, já podemos antecipar alguns comentários partindo dos extratos publicados. Trata-se das teses preparatórias do Congresso de fundação do partido das FARC.

Não se trata de uma organização qualquer. As FARC têm

sido influente na Colômbia, bem como na América Latina, há 54 anos, tratando-se, portanto, de uma das organizações guerrilheiras mais antigas do continente.

Queríamos ter a oportunidade de debater este documento diretamente com os companheiros, já que as questões abarcadas pelas teses são de interesse estratégico para a classe operária do Continente.

Não há nenhum extrato que faça referência a um balanço de sua experiência de tantas décadas, que é fundamental debater. Para entender as razões de sua derrota política, antes que militar. Para evitar que voltem a ser derrotados, desta vez pelas



Não há nenhum extrato que faça referência a um balanço de sua experiência de tantas décadas, que é fundamental debater.

Para entender as razões de sua derrota política, antes que militar. Para evitar que voltem a ser derrotados, desta vez pelas ilusões nas vias legais, porque as consequências serão nefastas.

ilusões nas vias legais, porque as consequências serão nefastas.

As teses estão sendo discutidas por quase “8.000 homens em armas nos 26 territórios transitórios de normalização” nas zonas controladas pelas FARC e pontos de normalização, expostas pelos comandantes políticos e estudadas por grupos ou células, segundo instrução do Secretariado.

Segundo se diz, é o trabalho preparatório para as assembleias que estão ocorrendo desde maio, para em agosto serem convertidas em princípios do seu novo partido político. As teses seriam a continuidade do acordado na última Conferência em 2016, nos Llanos del Yará.

Os jornais interpretam que estas ideias **os conduzirão ao poder, dizem, desta vez pela via legal.**

...esperança de milhares de mulheres e homens que deixaram de disparar para sonhar com um país sem guerra e lutar por isto no terreno político. Assim, passo a passo, cada amanhecer traz novas teses, novas dúvidas, mas também renovados compromissos dos ex-combatentes com uma sociedade futura sem guerra.

1) O documento afirma que O PARTIDO SE FUNDAMENTARÁ NO “MARXISMO E NO LENINISMO, no pensamento emancipatório bolivariano e, em geral, nas fontes de pensamento crítico e revolucionário dos povos”.

Curso de formação permanente na USP

4º Encontro estuda o Manifesto Comunista e a Revolução Russa

Nosso trabalho voltado a constituir um curso de formação política do Partido Operário Revolucionário na USP começou pelo estudo do Manifesto do Partido Comunista. As várias reuniões indicaram a importância de se realizar estudos sistemáticos do marxismo, voltados à tarefa de superação de crise de direção. Em outras palavras, voltados à construção do partido marxista-leninista-trotskista. Abaixo relatamos os principais pontos das discussões.

Dos conceitos debatidos, destacamos as classes sociais e como defini-las; Estado burguês; forças produtivas, força de tra-

Isto pode ser lido na tese 47 que detalha, ainda, que “a construção partidária que iniciamos, ao mesmo tempo que dá continuidade à nossa longa trajetória de luta e à nossa ideologia (...) deverá reunir esforços por novos desenvolvimentos que possibilitem ganhar o coração dos humildes, dos expropriados e dos despossuídos”.

Não é suficiente se definir como marxista-leninista para de fato o ser, mas mostra uma definição ideológica de grande importância, já que grande parte da esquerda de hoje a renega.

Alguns aspectos centrais que definem a orientação ideológica marxista-leninista são: a) definir com a maior precisão o objetivo estratégico: o socialismo, o comunismo, a ditadura do proletariado (governo operário e camponês), (porque corresponde à definição do Estado pelo seu conteúdo de classe) a destruição do Estado burguês; b) a única via para alcançar este objetivo estratégico é a revolução social, não há nenhuma outra via; c) para que a revolução social seja realmente popular, a classe operária deve dirigir os demais oprimidos, a maioria da população; d) deve-se definir que os principais meios de produção serão expropriados e postos em funcionamento sob o controle coletivo dos trabalhadores e que se realizará uma revolução agrária; e) o que corresponde com estes princípios é a construção de um partido operário, comunista, baseado no centralismo democrático, um verdadeiro Estado-Maior da classe operária; f) propagandear permanentemente a desconfiança nas instituições do Estado burguês, suas leis, sua Justiça, as eleições, etc; g) assinalar que a burguesia é incapaz de resolver as tarefas democráticas e nacionais e que somente a classe operária no poder poderá resolver estas tarefas combinando-as com as tarefas socialistas, etc.

Nos parece que estas questões vitais estão difusas no documento que foi dado a conhecer.

Por exemplo, quando se diz na nota: “*Camponeses em sua maioria com escassos anos de escolaridade fazem parte das fileiras guerrilheiras convencidos e comprometidos com o que os seus comandantes lhes têm dito: que o abandono das armas não é o fim da luta revolucionária, mas uma transição para continuar o seu caminho ao poder, agora pela via política.*”

Este comentário parece contraditório. O caminho ao poder para a classe operária, para os camponeses, para a maioria oprimida, é a revolução social. Não há outra via para alcançar o poder. A história nos tem dado numerosos exemplos neste sentido.

Como se deve entender a ideia da **via política**? Como um caminho eleitoral, parlamentar, pacífico? Se assim o for, será o abandono de toda perspectiva revolucionária.

balho, economia mundial; crise de superprodução; evolução política do proletariado e seu caráter revolucionário; expropriação da burguesia; internacionalismo proletário; partido comunista; revolução proletária; extinção das classes sociais e a conquista do comunismo.

Uma das discussões importantes foi a respeito do internacionalismo. Houve uma colocação na qual se afirmava que a burguesia também o defende, e o faz porque se beneficia. Nesse ponto clareou-se que o termo *internacionalismo* é próprio do marxismo, e que se refere ao caráter internacional da revolução pelo seu con-

teúdo. O que a burguesia defende é a expansão mundial de seu poderio. Designa-se na academia por “globalização”. Mas este “ganhar o globo” é tão somente a expansão imperialista pelo controle das fontes de matérias primas e mercados.

Perguntou-se sobre a relação entre a tendência geral de redução das condições de vidas das massas e as reformas em curso e as já aprovadas no Congresso brasileiro. É válido ressaltar que nesse momento estávamos diante de pessoas que haviam participado da greve geral do dia 28 de abril, que se levantaram contra as reformas trabalhista e da previdência. O que se debateu foi que no Brasil essa tendência se manifesta justamente na aprovação dessas reformas. O Brasil, na qualidade de país semicolonial, subserviente aos ditames do imperialismo, se vê obrigado a aprová-las como um meio de assegurar o pagamento da dívida pública, cobrada pelo capital financeiro.

No quarto encontro, vinculamos o *Manifesto* e a *Revolução Russa*. Colocamos o curso de formação política como parte da campanha dos 100 anos da *Revolução Russa*. O Manifesto se constituiu no primeiro programa partidário da revolução proletária. Está aí por que o bolchevismo se assentou inteiramente em suas formulações, fundamentos e princípios. Na Revolução Russa se concretizou as leis históricas expostas e formuladas na forma de programa no Manifesto. Nosso estudo objetiva compreender e assimilar tais leis que conduzem à revolução social e ao comunismo. O proletariado, como classe revolucionária, encarna as leis da história. E, portanto, o programa de destruição da sociedade de classes.

Durante as discussões, destacaram-se dois aspectos do *Manifesto*. Primeiro, que o capitalismo é mundial – não há região, povoado, nação que não esteja submetida ao modo de produção capitalista. Segundo, que a contradição entre o alto desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, com base na exploração da força de trabalho, chegou a seu estágio mais elevado na época imperialista do capitalismo, que é

100 anos da Revolução Russa

Nossa exposição no ciclo de debates da Apropuc

No dia 15 de agosto, foi realizado mais um debate na PUC/SP, como parte das homenagens aos 100 anos da Revolução Russa, sobre “As transformações na Educação com a Revolução Russa”, “A Concepção Marxista da Educação” e o “Cinema Soviético.

A exposição do primeiro tema coube ao Partido Operário Revolucionário, que foi dividida em três pontos: a) a situação da Rússia nos primeiros anos após a Revolução de Outubro; b) as medidas iniciais em relação à educação; c) conclusões. Reproduzimos abaixo os aspectos fundamentais de nossa apresentação.

Nos primeiros anos após a Revolução de Outubro na Rússia, todos os flagelos se abatiam sobre o país: fome, frio e desemprego. Para uma população de pouco mais de 160 milhões, faltavam comida, combustível e produtos manufaturados de primeira necessidade. É nesse quadro de penúria - em que alguns alunos eram obrigados a escrever com carvão vegetal ou tinta feita de fuligem, que crianças camponesas tinham os pés enfaixados porque não tinham botas para se protegerem do frio - que se assentaram as primeiras estacas para a edificação de uma nova escola. Lembremos que a Rússia sofria as consequências terríveis da guerra imperialista, Primeira Guerra Mundial, e estava em meio a uma guerra civil. Externamente, havia o cerco das potên-

de decomposição.

Uma das perguntas mais importantes foi: *por que a revolução ocorreu na Rússia?* Por que ocorreu em um dos países mais atrasados? O capitalismo tendo alcançado a dimensão mundial, as condições objetivas para a revolução também estão dadas mundialmente. Assim, como afirmou Lênin, apenas rompeu-se o elo mais fraco da cadeia capitalista.

As leis gerais devem ser compreendidas nas manifestações particulares. Houve três elementos determinantes para a *Revolução Russa*: A guerra, o campesinato e as nacionalidades oprimidas. Evidentemente que o problema no campo e da opressão nacional é anterior à 1ª Guerra Mundial, mas é por meio dela que as contradições sociais se elevaram a dimensões insuportáveis. A presença do proletariado em desenvolvimento e a sua organização no partido bolchevique possibilitaram a revolução proletária. Confirmou-se a necessidade dos explorados recorrerem à ditadura do proletariado para vencer a burguesia e o que restava da nobreza.

Inevitavelmente, surgiu a discussão sobre a restauração capitalista, que destruiu a União Soviética. Nesse ponto, discutimos a formulação do internacionalismo proletário no Manifesto Comunista. A tese do “socialismo em um só país” e da convivência pacífica com o imperialismo, levantada pelo estalinismo, é contraposta ao programa da revolução mundial.

A classe operária foi derrotada, mas a *Revolução Russa* não pode ser apagada. Ela é um marco na história. A *Revolução* abriu uma nova etapa da luta do proletariado. Foi a demonstração prática do seu caráter revolucionário. Foi também a confirmação da etapa última do capitalismo, de transição para o socialismo. Essa conclusão está de pleno acordo com os fundamentos internacionalista do Manifesto Comunista.

Esse breve relato objetiva mostrar a necessidade imperiosa de se constituir as escolas de quadros marxistas, voltadas a formar a vanguarda e constituir o partido revolucionário.

cias, que haviam decretado o bloqueio econômico e que faziam uma violenta propaganda anti-soviética. Internamente, setores da burguesia desfechavam a dura batalha contra a Revolução bolchevique.

Tratava-se de um país atrasado, onde as tarefas democráticas (de superação do atraso econômico e erradicação do analfabetismo, por exemplo) não tinham sido realizadas. Assim, a revolução proletária tinha de começar por superar o atraso econômico e cultural do país, combinando com as tarefas da expropriação dos meios de produção - transformação da propriedade privada em propriedade social. A reconstrução das indústrias e o avanço da industrialização (construção de máquinas, tratores, etc.) dependiam da eletrificação do campo. Para isso, era preciso elevar culturalmente a grande maioria da população. O analfabetismo era uma chaga que precisava ser erradicada para que houvesse o desenvolvimento das forças produtivas e a constituição de um homem “novo”. Lênin dizia que somente quando todos os ramos da indústria e da agricultura estivessem eletrificados, só então se poderia dar um passo no sentido da sociedade comunista. Esse era um trabalho árduo, mas fundamental. E que isso seria obra da nova geração (juventude). Daí por que a eletricidade se

transformava na base da instrução. A eletrificação não podia ser obra de analfabetos e não bastava uma instrução elementar. Era preciso saber aplicá-la na indústria e na agricultura. Lênin dizia repetidas vezes que num país de analfabetos é impossível edificar a sociedade comunista. E que a tarefa consistia em conhecer e analisar as condições concretas para então transformar a sociedade russa em comunista. Afirmava que as bases e a concepção de educação já tinham sido traçadas por Marx e Engels – referia-se ao Manifesto Comunista e a O Capital –, que é a unidade entre a teoria e a prática, a escola única do trabalho. O princípio da “escola nova” e do “homem novo”, portanto, já estava esboçado. Cabia, assim, o Estado soviético aplicá-lo.

Lênin insistia na posição de que não bastavam decretos, resoluções e medidas para se criar uma nova educação. Era preciso uma ampla campanha de convencimento das massas exploradas, em particular do campesinato, sobre as tarefas da revolução.

Realizada a revolução, o governo soviético criou o Comissariado do Povo para a Instrução, que ficou a cargo de Anatoli Lunatcharsk. Ainda em novembro de 1917, aprovou-se uma medida em relação à Biblioteca Pública (antiga Biblioteca Imperial), que consistia em reorganizar os serviços da biblioteca e abri-la todos os dias, incluindo domingos e feriados, das 8 horas às 11 da noite. Junto com essa medida, aprovou-se uma ampla mobilização social pelo fim do analfabetismo e pelo fim do ensino religioso nas escolas.

Em 23 de janeiro de 1918, menos de três meses da revolução, Lênin publicou o decreto sobre a separação entre igreja e Estado e entre escola e Igreja. Os bens da Igreja foram expropriados e o ensino da religião foi proibido. Esse decreto foi combatido pela União dos Docentes, que usou as massas camponesas embrutecidas para manter o ensino religioso (“O ensino da lei de Deus”, como eram chamadas essas aulas) em algumas escolas do campo. Esse é um exemplo que comprovava as colocações de Lênin de que não bastava o decreto. Era preciso fazer uma luta contra os preconceitos religiosos. Não se tratava de agir brutalmente. Era preciso ganhar as massas para a defesa da escola laica. Insistia que a origem dos preconceitos religiosos residia na miséria e na ignorância. Um pouco antes desse decreto, em dezembro, havia sido aprovada uma resolução de expropriação de todos os estabelecimentos religiosos de ensino e transferidos para o Comissariado do Povo para Instrução. E, em 5 de junho de 1918, foi publicado o decreto sobre a transferência para a tutela do Comissariado do Povo de todos os estabelecimentos escolares. Portanto, estabeleceu-se um único sistema de ensino, público e laico.

Em 5 de junho de 1918, no I Congresso de toda a Rússia de Mestres Internacionalistas, Lênin mostrou a tarefa dos mestres. Dizia que era necessário emancipar a vida e o saber do império do capital, do jugo da burguesia. Os professores não deviam se limitar aos estritos deveres pedagógicos, mas sim se unirem ao conjunto de trabalhadores combatentes. Ressaltava que a tarefa da pedagogia consiste em ligar a atividade docente com a organização socialista da sociedade. E que não se podia desconhecer que a maioria dos intelectuais da velha Rússia se revelava como adversária do poder soviético, e isso não seria fácil superar. Lembremos que a União dos Docentes de Toda a Rússia (Associação de professores) estava sob a

100 anos da Revolução Russa

política dos partidos burgueses. Portanto, era adversária da revolução. Em dezembro de 1917, o Conselho da União tentou organizar uma greve dos professores, porém fracassou.

Em 27 de fevereiro de 1918, a Comissão de Estado para o Ensino publicou um decreto sobre a Elegibilidade para todas as responsabilidades pedagógicas e administrativas. Estabelecia uma meta de se realizar a eleição de todos os trabalhadores da educação até o final de julho. O objetivo era o de democratizar e expulsar da escola os elementos contrarrevolucionários.

De 8 a 14 de julho de 1918, realizou-se a Conferência do Ensino Superior, com a participação de trabalhadores da educação e estudantes. O objetivo era discutir o vínculo do ensino superior com as necessidades da Rússia.

Em 10 de julho de 1918, foi editada a Constituição da República Federativa Soviética. Em seu capítulo V, item 13, diz: Com o objetivo de assegurar aos trabalhadores verdadeira liberdade de consciência, a Igreja deve ser separada do Estado e a escola, da Igreja, assim como fica reconhecida a liberdade de propaganda religiosa e anti-religiosa a todos os cidadãos. No item 17, com o objetivo de assegurar aos trabalhadores verdadeiro acesso ao conhecimento, a República Soviética coloca a si mesma a tarefa de fornecer educação integral, omnilateral e gratuita aos trabalhadores e ao campesinato mais miserável. A implantação da separação da escola da Igreja e a concepção de uma educação integral implicaram um amplo

trabalho de convencimento, especialmente entre as massas camponesas. Uma boa parcela não aceitava a extinção das aulas de catecismo, a proibição de bater nas crianças, bem como os novos métodos de ensino. O campesinato não gostava quando seus filhos contavam que haviam feito excursões, desenho, canto, etc., pois estava focado na ideia de que escola deveria somente ensinar a ler, escrever e contar.

Em 26 de agosto de 1918, o I Congresso de toda a Rússia de Instrução Pública debateu o projeto dos Regulamentos sobre a educação única do trabalho. Lênin reforçou sua colocação de que a tarefa era árdua, porque imperava a fome e a falta de condições materiais para a construção de uma educação e de uma escola nova. Reafirmava: não possuímos quadros docentes experientes, nem livros, nem material didático, nem locais escolares. Mas, salientava, temos conosco a revolução socialista. A constituição soviética consagrou o poder soviético como forma da ditadura do proletariado, suprimiu a propriedade privada capitalista e fundiária e proclamou a igualdade de todos os povos da Rússia. Esse o Congresso debateu um conjunto de documentos (princípios e declaração sobre a educação única para o trabalho). Destacamos três aspectos fundamentais do discurso de Lênin: a) a instrução pública é parte integrante da luta que estamos travando; b) quanto mais culto era o Estado burguês, tanto maior era a sutileza com que mentia, quando dizia que a escola pode existir à margem da política e servir ao conjunto da sociedade. Na realidade, a escola havia sido transformada nada mais do que em um instrumento de dominação de classe da burguesia, estava profundamente penetrada de um espírito burguês de casta e tinha como objetivo proporcionar aos capitalistas servidores fieis e operários competentes; c) nosso trabalho, no campo da educação, é parte da luta

pela derrota da burguesia. Concluiu repetindo que a educação apartada da vida e da política é uma mentira, uma hipocrisia. Trata-se do esforço de Lênin em explicar que era preciso ligar o trabalho da educação (instrução) com as tarefas políticas.

Em 30 de setembro de 1918, deliberou-se sobre a escola única do trabalho. Em 16 de outubro, instituíram-se os princípios da educação única do trabalho. Estes serviram para a criação das escolas experimentais, entre elas as escolas-comunas. Aí reuniram experientes educadores, que se dedicaram a criar planos e conteúdos escolares.

Em 24 de janeiro de 1919, no II Congresso dos sindicatos de toda a Rússia, destacou-se a tarefa dos sindicatos. É preciso transformar os sindicatos em organismos de educação das massas. Ensinar as massas a administrar. Ensinar não por meio de livros, comícios, conferências, mas através da experiência. Há que se eliminar o velho preconceito de que a obra de dirigir o Estado é para os privilegiados. Cometeremos erros, serão inevitáveis, aprenderemos com nossa própria experiência.

Em março de 1919, aprovou-se a resolução que estabelecia a educação geral, politécnica, gratuita, obrigatória, laica para ambos os sexos até os 17 anos.

Em abril de 1919, no I congresso para a educação pré-escolar, discutiu-se a situação das pré-escolas, que não passavam de 200 em toda a Rússia, e a necessidade de formar professores.

No 1º Congresso para educação extra-escolar, maio de 1919, aprovou-se um decreto sobre a liquidação do analfabetismo entre a população adulta e entre os jovens que não estavam na escola. Lênin, em dezembro de 1919, assinou o decreto. Isso permitiu desencadear uma vasta ofensiva contra o analfabetismo. Junto com o decreto, forjaram-se condições para sua implantação, entre elas a redução de duas horas diárias de trabalho para que todos frequentassem as aulas, sem nenhuma redução salarial. Os órgãos responsáveis podiam utilizar todos os locais apropriados nas fábricas, clubes, etc.

Em 31 de julho de 1919, Lênin, no I Congresso dos trabalhadores da educação e cultura socialista, retomou a importância da educação política e a luta que foi feita contra a intelectualidade e, particularmente, contra os professores que conservavam a mentalidade da sociedade de classes. Afirmou que não se surpreendeu com a longa e tenaz luta que se desenvolveu entre os mestres, a maioria deles assumiu no primeiro momento uma atitude hostil ao poder soviético. Lênin dizia que tiveram de enfrentar os velhos preconceitos da intelectualidade burguesa, com seus métodos, com sua defesa da sociedade burguesa, com sua luta, nem sempre direta.



Assimilando o Leninismo

Lênin Estrategista

No Jornal Massas 549, expusemos o agravamento da crise revolucionária em junho e julho e a importância da linha política traçada por Lênin em torno do duplo poder. Ganhava força a bandeira de “Todo Poder aos Sovietes”.

Em 20 de outubro de 1917, Lênin escreveu, em Viborg, “A crise amadureceu”. Consta de seis capítulos. Um deles, o quarto, foi retirado e o sexto não foi publicado, por orientação de Lênin, uma vez que era destinado apenas às discussões internas.

Ressaltamos o pronunciamento de Lênin, em 2 de outubro de 1920, sobre as tarefas das Uniões da Juventude, que se resumiu em duas palavras: aprender e como aprender. Dizia que um dos maiores males e calamidades que a sociedade capitalista nos deixou como herança é o completo divórcio entre o livro e a vida prática. Mostrou que seria um grande equívoco se limitar a assimilar simplesmente o que dizem os livros do comunismo, porque continuaríamos reforçando o antigo divórcio entre a teoria e a prática. Nesse pronunciamento, há uma importante caracterização da velha escola, a escola de classe. Concluiu afirmando que a tarefa era se apropriar dos conhecimentos conquistados pela humanidade para edificar a sociedade comunista. Essa é uma tarefa da nova geração, da União da juventude.

Em 8 de outubro de 1920, aprovou-se o projeto de resolução sobre a cultura proletária, cuja essência era a de que, na Rússia Soviética operária e camponesa, todo o ensino, tanto na esfera da educação política em geral, como, especialmente, na da arte, deve estar impregnada do espírito da luta de classes do proletariado pelo êxito dos objetivos de sua ditadura revolucionária, isto é, pela derrota da burguesia, abolição das classes e supressão de toda exploração do homem pelo homem. Houve o rechaço de todos os intentos de inventar uma cultura particular, de se fechar em organizações especializadas, de separar os campos de ação do Commissariado do Povo de Instrução Pública do Proletkult.

Por fim, a exposição do POR concluiu com três colocações:

a) O poder soviético, desde os primeiros momentos, começou a derrubar as barreiras de classe e a reorganizar todo o sistema educacional. Fundou-se a escola única de trabalho, estipulou programas, organizou as Faculdades operárias e facilitou o ingresso de operários e camponeses nos centros de ensino secundário e superior;

b) O Estado operário trabalhou por aplicar a obrigatoriedade do trabalho social produtivo para as crianças e jovens, mediante o ensino politécnico, capaz de proporcionar, teórica e praticamente, um amplo conhecimento. Combateu as correntes profissionalizantes, que se apoiavam numa especialização prematura. Trabalho esse que deu seus primeiros passos;

c) Tais passos, no sentido de edificar uma educação nova, fizeram parte da consolidação da revolução proletária e da ditadura do proletariado.

A exposição se encerrou com uma colocação de Lênin: “Não podemos aceitar um ensino, uma educação, nem uma formação, quando estes estão relegados ao fundo das escolas e separados das tormentas da vida”.

Essa forma um tanto acidentada tem a ver com o agravamento da situação e a necessidade de chacoalhar os bolcheviques diante da marcha da revolução e da contrarrevolução. A última parte, a sexta, se diferencia apenas pelo fato de Lênin colocar ao Comitê Central a sua renúncia.

A posição contrária à de Lênin era a de que se devia aguardar o Congresso dos Sovietes, que ocorreria em novembro. Kamenev e Zinoviev vinham defendendo a tese de que a revolução proletária seria uma aventura, portanto, se levantavam

firmemente contra as avaliações de Lênin. Trabalhavam para que o partido se mantivesse preso à convocação da Assembleia Constituinte e que passasse a fazer oposição de esquerda ao governo burguês. Trotsky se alinhou inteiramente às formulações de Lênin a cada passo da crise revolucionária, mas achava que seria melhor que os Sovietes servissem de instrumento da insurreição. Por isso, defendia aguardar o seu congresso. Estava claro que o perigo de paralisar o partido diante das condições favoráveis para a tomada do poder se concentrava no núcleo de Kamenev e Zinoviev. A diferença entre Trotsky e Lênin era tão somente quanto à avaliação das melhores condições para a insurreição. Esse episódio merece esse esclarecimento precisamente porque posteriormente os estalinistas procuraram embocar a posição de Trotsky com as de Kamenev e Zinoviev. Os acontecimentos mostraram que Lênin tinha toda razão e Trotsky a reconhece plenamente.

Em fins de setembro, na Alemanha, ocorrem revoltas. Indicavam a possibilidade de rebeliões na Europa, impulsionadas pelo estágio em que se encontrava a 1ª Guerra. Lênin passa a considerar a abertura de uma nova etapa que colocava o proletariado e os camponeses russos em sintonia com o proletariado alemão. Passa a ver concretamente o início de uma revolução proletária mundial. O fato de na Rússia estarem amadurecidas as suas condições aumentava a responsabilidade do proletariado e dos bolcheviques. Afundava de vez o governo de coalizão constituído na Revolução de Fevereiro e com ele os mencheviques e socialistas revolucionários. Em especial, os camponeses se levantavam, agora, contra o governo dos socialistas revolucionários, Kerensky, e dos mencheviques, Nikitin e Gvozdiev.

Lênin apreensivo considerava que se o governo esmagasse a revolta dos camponeses, a revolução poderia naufragar, impulsionando a contrarrevolução. Observa que Kerensky jogava sua “última carta”. A repressão ao levante camponês, a retirada das tropas revolucionárias da Finlândia e o agravamento dos choques na Ucrânia assinalavam o confronto entre revolução e contrarrevolução. Os bolcheviques estavam mais fortes entre os explorados e soldados, que compreenderam a linha revolucionária desenvolvida por Lênin e pressionavam o partido no sentido da tomada do poder. De maneira que a etapa de explicação da política do partido e de consolidação de posições estava cumprida e era superada pela etapa francamente revolucionária. Não havia, portanto, motivo para não concentrar todas as forças para a derrubada do governo, que já não tinha apoio nos soviets, que não comandava os soldados e que estava completamente isolado das massas.

No capítulo sexto, reservado às discussões internas, Lênin contesta a vacilação que se manifesta no Comitê Central. Eis: *“Esperar o Congresso dos Sovietes seria uma perfeita estupidez, pois significaria perder semanas em momentos em que semanas, e ainda dias, dizem tudo. Significaria renunciar covardemente ao poder, pois, em 1 e 2 de novembro já será impossível tomar o poder (tanto política como tecnicamente, uma vez que os cossacos serão mobilizados para o dia da insurreição, tão necessariamente assinalado)”*.

Diante da direção que desconhecia suas posições contrárias à linha que esta vinha se desenvolvendo em torno dos desvios da Conferência Democrática, organizada pelos adversários da revolução, Lênin conclui seu documento (*A Crise Amadureceu*),

Assimilando o leninismo

colocando sua renúncia do Comitê Central. Eis: *“Em vista de que o Comitê Central deixou inclusive sem resposta todas minhas insistentes reclamações de uma política tal que venho fazendo desde que começou a Conferência Democrática, em vista de que o órgão central borra nos meus artigos todas as referências a erros tão evidentes por parte dos bolcheviques, como a vergonhosa decisão de participar no pré-Parlamento, a admissão dos mencheviques no Presidium do Soviete, etc., me vejo obrigado a considerar como uma sutil insinuação de que o CC não deseja nem mesmo discutir o problema, uma sutil insinuação de que me cale a boca e como proposição que me retire; me vejo obrigado a apresentar minha renúncia ao CC, coisa que aqui o faço, reservando-me a liberdade de fazer propaganda nas bases do partido e no congresso do partido. Pois tenho profunda convicção de que se esperamos o Congresso dos Sovietes e deixamos passar este momento destruiremos a revolução”*. Lembremos de passagem que Lênin se encontrava escondido da repressão e que enviava suas posições desde seu esconderijo à direção do partido.

Reproduzimos a quinta parte do “A Crise Amadureceu”.

O fato de na Rússia estarem amadurecidas as suas condições aumentava a responsabilidade do proletariado e dos bolcheviques. Afundava de vez o governo de coalizão constituído na Revolução de Fevereiro e com ele os mencheviques e socialistas revolucionários.

“Se os dirigentes do Comitê Executivo Central seguem a tática voltada a defender a burguesia e os latifundiários; e não há a menor dúvida de que se os bolcheviques se deixem prender na armadilha das ilusões constitucionistas, da “confiança” no Congresso dos Sovietes e na convocação da Assembleia Constituinte, da “espera” do anunciado Congresso dos Sovietes, etc., esses bolcheviques seriam, certamente, miseráveis traidores da causa do proletariado.

Seriam traidores da causa, pois com a sua conduta, trairiam os operários revolucionários alemães, que começaram uma sublevação na frota. Em tais condições, “esperar” pelo Congresso dos Sovietes, etc., seria uma traição ao internacionalismo, uma traição à causa da revolução socialista mundial.

O internacionalismo se expressa nos fatos, e não em frases, não em expressões de solidariedade, não em resoluções.

Os bolcheviques trairiam o campesinato, uma vez que tolerar a repressão ao levante camponês por um governo que até mesmo o Dielo Naroda o compara com o governo de Stolipin, equivaleria a destruir toda a revolução, a perdê-la para sempre e irrecuperavelmente. Grita-se contra a anarquia e contra a crescente indiferença do povo, mas o povo não pode ser senão indiferente diante das eleições, quando os camponeses foram empurrados a um levante, enquanto que os chamados “democratas revolucionários” toleravam pacientemente sua repressão pelas forças armadas!!

Os bolcheviques seriam traidores da democracia e da liberdade, pois tolerar nesse momento a repressão do levante camponês significa permitir que as eleições da Assembleia Constituinte sejam manejadas exatamente do mesmo modo – e ainda pior, mais grosseiramente – como a “Conferência Democrática” e o «pré-Parlamento» foram manejados.

A crise amadureceu. Está em jogo todo o futuro da revolução russa. Está em questão toda a honra do partido bolchevique. Está em jogo todo o futuro da revolução operária internacional pelo socialismo.

A crise amadureceu ...

29 de setembro de 1917

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, pág. 193)